



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR
CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343
www.sabaudia.pr.gov.br

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 038/2026

O **MUNICÍPIO DE SABÁUDIA**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 76.958.974/0001-44, com sede na Praça da Bandeira, 47, Centro, Sabáudia, Estado do Paraná, através do Senhor Prefeito **EDSON HUGO MANUEIRA**, torna público a realização de Procedimento Licitatório, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, cujo critério de julgamento é **MENOR PREÇO GLOBAL**, com modo de disputa **ABERTO**, regido pela Lei Federal nº 14.133, de 2021, pelos Decretos Municipais nºs 80, 81 e 83, todos de 2023, suas alterações e demais legislações aplicáveis e, no que couber, da Instrução Normativa SEGES/MENº 73, de 30 de setembro de 2022, nas condições fixadas neste Edital e seus Anexos.

DATA E HORÁRIO DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

Data da sessão: **06 de julho de 2026**

Horário: **09h:00min**

Endereço Eletrônico: www.gov.br/compras/pt-br

Unidade Compradora (UASG): **987831**

O recebimento das propostas, abertura, disputa de preços e envio dos documentos de habilitação será exclusivamente por meio do endereço eletrônico citado acima, sendo que as propostas ajustadas e os documentos de habilitação serão solicitados dos vencedores pelo(a) Pregoeiro(a) no momento oportuno em sessão.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto deste Pregão é a **“CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DOMICILIARES, RESÍDUOS VOLUMOSOS CLASSE II B E CHORUME DA UNIDADE DE TRANSBORDO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA/PR, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE CAÇAMBAS ROLL-ON ROLL-OFF**, conforme quantidades estimadas e especificações constantes do Anexo I, deste Edital.

1.2. A licitação será global, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que a compõem.

1.3. O edital e seus anexos poderão ser obtidos por meio da Internet pelos endereços eletrônicos cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras informando a UNIDADE COMPRADORA nº **987831** (código UASG) e o NÚMERO DA COMPRA (Nº e ano do Pregão) ou pelo site do município www.sabaudia.pr.gov.br, link de Licitação, Portal - Licitações.

1.4. **NO CASO DE DIVERGÊNCIA NA DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS/SERVIÇOS CONTIDAS NESTE EDITAL COM A DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS/SERVIÇOS UTILIZADA NO SISTEMA COMPRAS.GOV.BR, PARA FINS DE REALIZAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO, DEVE-SE ADOTAR A DESCRIÇÃO CONTIDA NESTE EDITAL, MAIS ESPECIFICAMENTE NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.**

1.5. Informações Administrativas relativas a este Edital poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações pelo telefone nº (43) 3151-1122.

2. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão quaisquer interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

2.1.1. As empresas não cadastradas no SICAF, que tiverem interesse em participar do presente PREGÃO, deverão providenciar o seu cadastramento e sua habilitação de acordo com as orientações

“Sabáudia, Rica, Bela e Feliz”



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR
CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343
www.sabaudia.pr.gov.br

que seguem no link: www.gov.br/compras/pt-br, Sistema "SICAF" até o terceiro dia útil a data do recebimento das propostas.

2.1.2. A regularidade do cadastramento do licitante será confirmada por meio de consulta ao Portal COMPRAS.GOV.BR, no ato da abertura do Pregão.

2.2. A presente licitação é de participação **AMPLA CONCORRÊNCIA**, considerando que o art. 48, inciso III da Lei Complementar nº 123/2006 prevê a separação de cota apenas quando da aquisição de bens de natureza divisível e não de serviços. Destaca-se que a contratação prevista neste edital será realizada em lote único, ou, de forma global, não possuindo, portanto, itens divisíveis.

2.2.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.3. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

2.4. Não poderão participar desta licitação os interessados:

2.4.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

2.4.2. Que não atendem às condições deste Edital e seus Anexos;

2.4.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.4.4. Enquadradas nas disposições no artigo 14 da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores;

2.4.5. Que estejam sob falência, concurso de credores, em processo de dissolução ou liquidação.

2.5. É vedada a participação, neste certame, de pessoa física ou jurídica na qual haja administrador ou sócio que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do art. 14, IV da Lei 14.133/2021.

3. DA VISTORIA

3.1. É facultado à licitante interessada em participar desta licitação, mediante prévio agendamento junto ao Departamento de Engenharia, realizar vistoria técnica, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, contados da data marcada para a sessão pública, para conhecer as instalações.

3.2. A vistoria deverá ser agendada de segunda a sexta-feira, no horário das 9h às 11h, com a Assessora de Engenharia Ambiental a senhora Fernanda Roberta Anklam.

3.3. Não será realizada vistoria sem prévio agendamento ou fora do prazo estabelecido.

3.4. A vistoria poderá ser realizada por responsável técnico ou representante da pessoa jurídica interessada em participar da licitação, que deverá comparecer municiado de identificação pessoal e do comprovante de vínculo com a empresa ou de procuração.

3.5. A comprovação do vínculo poderá ser feita por meio de contrato de trabalho, contrato provisório de trabalho, contrato de prestação de serviço ou contrato social da empresa (no caso de sócio ou gerente).

3.6. Caso o vistoriador não atenda aos requisitos, não será executada a vistoria.

3.7. Realizada a vistoria, a licitante receberá o Termo de Vistoria, emitido pelo Departamento de Engenharia.

"Sabáudia, Rica, Bela e Feliz"



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR
CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343
www.sabaudia.pr.gov.br

3.8. Caso a interessada opte por não realizar vistoria prévia, firmará Declaração de Dispensa de Vistoria, assinada pelo responsável técnico da licitante, na qual atestará o conhecimento pleno do local e das condições e peculiaridades da contratação, assumindo todo e qualquer risco por sua decisão e se comprometendo a prestar fielmente o serviço nos termos de sua proposta e do presente edital.

3.9. O Termo de Vistoria ou a Declaração de Dispensa de Vistoria deverá ser apresentado(a) junto com a documentação de habilitação. A não apresentação dos mencionados documentos implica aceitação geral e irrestrita por parte da licitante das especificações e condições do objeto licitado e de sua plena execução.

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.gov.br/compras/pt-br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

4.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

4.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

5. DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA

5.1. A licitante deverá cadastrar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcado para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

5.2. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos: Marca/Fabricante e Modelo/Versão, devendo ser a mesma na apresentação da proposta ajustada, sob pena de desclassificação.

5.3. A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, o **preço unitário do item**, observados o quantitativo e a unidade de prestação de serviço do objeto a ser contratado, conforme o Termo de Referência (**Anexo I**).

5.3.1. Os valores deverão ser expressos em algarismo arábico, na moeda Real, considerados apenas até os centavos, compreendendo todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto deste edital, em especial o frete, tributos e encargos sociais.

5.4. Para o adequado cadastramento da proposta, a licitante deverá consignar, nos campos próprios, as informações exigidas pelo sistema, observando, para tanto, as especificações do objeto constantes deste Edital.

5.5. O licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do edital.

“Sabáudia, Rica, Bela e Feliz”



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR
CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343
www.sabaudia.pr.gov.br

5.6. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.6.1. Condições de participação:

5.6.1.1. Manifesto ciência em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos, concordo com suas condições respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

5.6.1.2. Declaro que minha proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo.

5.6.2. Declarações para fins de habilitação:

5.6.2.1. Atendo aos requisitos de habilitação previstos em lei e no instrumento convocatório;

5.6.2.2. Inexiste impedimento a minha habilitação e comunicarei a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade contratante;

5.6.2.3. Cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

5.6.2.4. Manifesto ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

5.6.2.5. Cumpro o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 que proíbe o trabalho noturno perigoso ou Insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz a partir de quatorze anos.

5.6.3. Declarações de cumprimento à legislação trabalhista:

5.6.3.1. Observo os incisos III e IV do art. 1º e cumpro o disposto no inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano ou degradante;

5.6.3.2. Cumpro a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.

5.6.4. Profissionais organizados sob a forma de cooperativa:

5.6.4.1. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.7.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.7.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.8. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR
CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343
www.sabaudia.pr.gov.br

5.9. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.10. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta cadastrada no sistema.

5.11. As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital.

5.11.1. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

5.12. A apresentação da proposta implica a aceitação plena e total das condições deste edital e seus anexos.

6. DA SESSÃO PÚBLICA

6.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo(a) Pregoeiro(a), ocorrerá no local, na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital.

6.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre do(a) Pregoeiro(a) e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico ("chat").

6.3. Diante da indisponibilidade momentânea do campo próprio do sistema eletrônico, a licitante deverá formalizar o apontamento, de imediato e exclusivamente, pelo e-mail pregoeiro@sabaudia.pr.gov.br, sob pena de preclusão da oportunidade de alegação da matéria, devendo o(a) Pregoeiro(a) registrar o fato no "chat" e relatar o teor das comunicações.

6.4. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua própria desconexão ou diante de inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema.

6.5. Se ocorrer a desconexão do(a) Pregoeiro(a) no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.6. No caso de a desconexão do(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após comunicação expressa aos participantes no sítio www.gov.br/compras/pt-br.

6.7. O(A) Pregoeiro(a) poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, no "chat", os motivos da suspensão e informando a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.

7. DO INÍCIO DA DISPUTA E DA VERIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

7.1. A fase de lances deste Pregão será processada pelo modo de disputa **"ABERTO"**.

7.2. A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, ressalvado o disposto no item "6.3".

7.3. Durante a etapa de envio de lances, tendo por fundamento o disposto nos arts. 5º, 9º e 11º da Lei nº 14.133/2021, o(a) Pregoeiro(a) poderá desclassificar a proposta que possa comprometer a regularidade do certame, a dinâmica da disputa e/ou causar prejuízo à competitividade do processo licitatório, assim compreendidos:

7.3.1. Proposta que apresente objeto em manifesta desconformidade com as características especificadas no edital ou que apresente elemento que possibilite a pronta identificação da licitante;

7.3.2. Proposta com preços manifestamente inconsistentes ou com presunção absoluta de inexequibilidade.

7.4. Serão considerados preços manifestamente inconsistentes quando ofertado valores ou percentuais simbólicos ou irrisórios, claramente incompatíveis com os praticados pelo mercado.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR
CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343
www.sabaudia.pr.gov.br

7.5. Mediante despacho fundamentado registrado no sistema e acessível a todos, o(a) Pregoeiro(a) apresentará as razões para a prévia desclassificação da proposta, esclarecendo os motivos que ensejaram a decisão em vista do disposto no item "6.3".

8. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

8.1. Aberta a etapa competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

8.2. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

8.3. O lance deverá ser ofertado pelo **VALOR UNITÁRIO DO ITEM**, sendo que se consagrará vencedor o licitante cujo valor **GLOBAL** for menor.

8.4. Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

8.5. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear à Administração qualquer alteração.

8.6. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,01 (um) centavo**, para todos os itens.

8.6.1. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu ultimo lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecuível.

8.7. Durante a etapa da fase de lances, o(a) Pregoeiro(a) poderá excluir o lance cujo valor seja manifestamente inexecuível.

8.7.1. A possibilidade de exclusão de lance inexecuível por parte do(a) Pregoeiro(a) não desonera a licitante da responsabilidade pelo registro da oferta, ainda que haja erro manifesto.

8.8. A etapa de lances terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

8.9. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.10. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

8.11. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

8.12. No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.13. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.14. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte (caso haja), uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria às microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR
CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343
www.sabaudia.pr.gov.br

nos arts. 44 e 45 da LC nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014 e regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

8.14.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.14.2. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.14.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.14.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.15. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

8.15.1. Empate entre as ofertas, o sistema aplicará, sucessivamente, o disposto no art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 e, após, se for o caso, os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021.

8.15.2. Empatadas as propostas iniciais e não havendo o envio de lances após o início da fase competitiva, aplica-se o disposto no subitem anterior.

8.15.3. Não será aplicado o disposto no art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 na hipótese estabelecida no §1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

8.16. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o(a) Pregoeiro(a) deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

8.16.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.17. Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9. DA FASE DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o(a) Pregoeiro(a) verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2 e seguintes do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1. SICAF;

9.1.2. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>);

9.1.3. Cadastro de Impedidos de Licitar do TCE-PR (<https://servicos.tce.pr.gov.br/tcepr/municipal/ail/ConsultarImpedidos.aspx>).

9.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12, III da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR
CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343
www.sabaudia.pr.gov.br

responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.3. Constatada a existência de sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei 14.133/2021, o(a) Pregoeiro(a) reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.5. Caso atendidas as condições de participação, o(a) Pregoeiro(a) solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo(a) Pregoeiro(a), envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

9.6. Em relação aos bens a serem fornecidos, o(a) Pregoeiro(a) poderá solicitar a apresentação de folders, prospectos e outros documentos que contenham informações e detalhamentos acerca das especificações técnicas dos produtos e/ou equipamentos ofertados.

9.7. Em caso de não envio da proposta no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, o licitante será desclassificado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

9.8. A proposta será desclassificada quando:

9.8.1. As especificações do objeto ofertado estiverem em manifesta desconformidade com as exigências estabelecidas no edital;

9.8.2. Contiver valores simbólicos, irrisórios ou com presunção absoluta de inexequibilidade, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie, de forma expressa e motivada, à parcela ou à totalidade de remuneração.

9.9. O(A) Pregoeiro(a) examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade com as especificações técnicas estabelecidas no edital e quanto ao preço ofertado, que não poderá ser superior ao valor estimado constante no Termo de Referência (Anexo I).

9.10. O(A) Pregoeiro(a) poderá promover diligência destinada a embasar sua decisão no que tange ao julgamento da melhor proposta, admitindo a complementação de informações e a juntada posterior de documentos complementares à proposta.

9.11. Havendo falhas na proposta, o(a) Pregoeiro(a) deverá empreender diligências para a sua correção e/ou saneamento, de modo que a desclassificação da proposta somente será cabível se os vícios porventura existentes forem insanáveis, observando-se, para tanto, o disposto no inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133/2022.

9.12. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

9.13. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do(a) Agente de Contratação/Pregoeiro, que comprove:

9.13.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

9.13.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

9.14. Em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da proposta ajustada por meio do e-mail: pregoeiro@sabaudia.pr.gov.br. Após o envio do e-mail, o responsável pelo envio deverá entrar em contato com o(a) Pregoeiro(a) para confirmar o recebimento do e-mail e do seu conteúdo. O(A) Pregoeiro(a) não se responsabilizará por e-mails que, por qualquer motivo, não forem recebidos em virtude de problemas no servidor ou navegador, tanto do Município, quanto do emissor.

9.14.1. A fim de aplicar o princípio da isonomia entre as licitantes, após transcorrido o prazo de 02 (duas) horas, não serão considerados, para fins de análise, sob qualquer alegação, o envio da Proposta de Preço e documentos de habilitação, sendo realizado, pelo(a) Pregoeiro(a), o registro da não aceitação da proposta.

9.14.1.1. Em caso de impossibilidade de atendimento ao prazo, o licitante deverá solicitar, **dentro do prazo estipulado**, via chat ou e-mail, prorrogação do mesmo.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR
CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343
www.sabaudia.pr.gov.br

- 9.15. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 9.16. Havendo necessidade, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
- 9.17. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte (caso haja), sempre que a proposta não for aceita, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 9.18. Após o Julgamento da Proposta, sendo aceita, o(a) Pregoeiro(a) abrirá prazo de 10 (dez) minutos, durante o qual qualquer licitante participante do item/grupo poderá, de forma imediata, exclusivamente em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso.
- 9.19. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

10. DA AMOSTRA / DEMOSTRAÇÃO TÉCNICA

- 10.1. Por se tratar de serviço comum, a qualidade dos serviços não precisará ser demonstrada pela apresentação de demonstração técnica, no entanto, o licitante com menor preço deverá realizar os serviços com a melhor qualidade e de acordo com o descritivo presente no termo de referência.

11. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 11.1. A habilitação das licitantes será verificada por meio do SICAF, Nível I ao VI do Cadastro de Pessoa Jurídica, e da documentação especificada neste edital.
- 11.1.1. Diante da expiração de validade dos documentos registrados no SICAF referentes aos Níveis III, IV e VI, as licitantes deverão apresentar documentação complementar, a fim de suprir tais exigências, observado em relação às empresas enquadradas como ME/EPP o disposto no art. 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006.
- 11.2. Para fins de habilitação jurídica, o(a) Pregoeiro(a) verificará a compatibilidade entre o objeto do certame e as atividades previstas como “objeto social” no ato constitutivo das licitantes, conforme natureza da pessoa jurídica.
- 11.3. A licitante deverá apresentar a seguinte documentação comprobatória dos requisitos de habilitação, caso ela não esteja disponibilizada digitalmente no SICAF.
- 11.4. **Habilitação jurídica:**
- 11.4.1. **Empresário Individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 11.4.2. **Microempreendedor Individual – MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 11.4.3. **Sociedade Empresária, Sociedade Limitada Unipessoal – SLU** ou sociedade identificada como **Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 11.4.4. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#);
- 11.4.5. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR
CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343
www.sabaudia.pr.gov.br

11.4.6. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

11.4.7. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

11.4.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

11.5. Regularidade fiscal e trabalhista:

11.5.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

11.5.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social;

11.5.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

11.5.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

11.5.5. Prova de inscrição no **Cadastro de Contribuintes Estadual** e/ou **Municipal**, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

11.5.6. Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual e Municipal** do domicílio ou sede do fornecedor, mediante apresentação de Certidão de Regularidade Fiscal, expedida pela Secretaria da Fazenda ou órgão equivalente relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

11.5.6.1. Caso seja considerado isento dos tributos **Estadual** ou **Municipal** relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante apresentação de declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

11.5.7. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

11.6. Qualificação Econômico-Financeira:

11.6.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica a menos de 90 (noventa) dias da data de abertura das propostas de preço, se outro prazo não constar no documento.

11.7. Qualificação Técnica:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR
CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343
www.sabaudia.pr.gov.br

11.7.1. Deverá ser apresentada comprovação de que a empresa proponente se encontra regularmente registrada no respectivo conselho de classe competente, quando aplicável, para o desempenho das atividades relacionadas ao objeto da contratação.

11.7.2. A licitante deverá apresentar atestado(s) de capacidade técnica operacional, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente assinado(s) pelo responsável legal da entidade emissora, comprovando que executou satisfatoriamente serviços compatíveis com o objeto desta licitação, em características, quantidades e complexidade.

11.7.3. A licitante deverá comprovar possuir em seu quadro profissional legalmente habilitado com registro no respectivo conselho de classe competente, quando aplicável, que desempenhará a função de responsável técnico pela execução dos serviços.

11.7.4. A licitante deverá apresentar declaração formal de disponibilidade dos equipamentos necessários à execução dos serviços, incluindo caçambas em quantidade suficiente para atender a demanda, caminhões apropriados para transporte de caçambas roll-on roll-off, caminhão tanque para coleta de chorume e demais equipamentos indispensáveis à execução das atividades previstas neste Termo de Referência.

11.7.5. Deverá ser apresentado Termo de Vistoria Técnica ou Declaração de Dispensa de Vistoria, conforme definido no edital da licitação. A não apresentação dos mencionados documentos implica aceitação geral e irrestrita por parte da licitante das especificações e condições do objeto licitado e de sua plena execução.

11.8. Condições Para Contratação:

11.8.4. A empresa vencedora deverá comprovar, após a fase de habilitação e como condição para continuidade do processo, e assinatura do contrato, no prazo máximo de 5 (cinco) dias da homologação do processo, prorrogáveis por até mais 5 (cinco), às seguintes condições:

11.8.5. Apresentar Licença Ambiental válida emitida pelo Instituto Água e Terra – IAT, ou órgão ambiental competente integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, autorizando o transporte de resíduos sólidos Classe II e efluentes líquidos, conforme classificação da NBR 10.004. Caso a licença ambiental esteja próxima de seu vencimento em até 120 (cento e vinte) dias, deverá ser apresentado o respectivo protocolo de solicitação de renovação junto ao órgão ambiental competente.

11.8.6. Apresentar Licença Ambiental de Operação (LO) do local onde será realizada a destinação final dos resíduos sólidos urbanos e dos resíduos volumosos, bem como do local de tratamento do efluente coletado (chorume), podendo ser empreendimento próprio ou terceirizado.

11.8.7. No caso de o local de destinação final ou tratamento de efluente ser terceirizado, deverá ser apresentada declaração da empresa proprietária do empreendimento, acompanhada de cópia do contrato social da mesma, autorizando a licitante a descarregar os resíduos recolhidos provenientes do Município de Sabáudia.

11.8.8. O vínculo entre a contratada e a empresa responsável pela destinação final ou tratamento de efluentes, quando terceirizado, deverá possuir prazo mínimo correspondente à vigência do contrato firmado com o Município de Sabáudia, não podendo ser rescindido sem prévia comunicação à Administração Municipal.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR
CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343
www.sabaudia.pr.gov.br

- 11.8.9. A comprovação de vínculo entre o responsável técnico indicado e a empresa proponente poderá ser realizada mediante apresentação de registro em carteira de trabalho, ficha de registro de empregado, contrato de prestação de serviços ou documento equivalente. Para dirigente ou sócio da empresa, a comprovação poderá ocorrer mediante apresentação de cópia do contrato social ou da ata de assembleia que demonstre sua investidura no cargo.
- 11.8.10. Apresentar planilha de custos e formação de preços detalhada para composição do valor contratado, respeitando as particularidades de cada licitante.
- 11.8.11. Erros no preenchimento da planilha não serão motivo suficiente para desclassificação da proposta quando puderem ser corrigidos sem alteração do valor global ofertado e desde que reste comprovado que o preço apresentado é suficiente para arcar com todos os custos da contratação.

11.9. Os documentos exigidos neste Capítulo que não estejam contemplados no SICAF ao tempo da consulta pela Administração, deverão ser enviados por meio do sistema, quando solicitado pelo(a) Pregoeiro(a), até a conclusão da fase de habilitação.

11.10. O prazo para envio dos documentos de que trata o item anterior é de, no máximo (02) duas horas, a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo(a) Pregoeiro(a) a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

11.11. Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo(a) Pregoeiro(a).

11.12. Em caso de não envio dos documentos complementares no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

11.13. O licitante se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos por ele encaminhados.

11.14. Havendo dúvida razoável quanto à autenticidade ou em razão de outro motivo devidamente justificado, o(a) Pregoeiro(a), a qualquer momento, poderá solicitar ao licitante o envio, em original ou por cópia autenticada, dos documentos remetidos nos termos do item anterior.

11.15. Encerrado o prazo para envio da documentação poderão ser admitidas, mediante decisão fundamentada do(a) Pregoeiro(a), a apresentação de novos documentos de habilitação para:

- 11.15.1. a aferição das condições de habilitação da licitante decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame (em aplicação ao entendimento esposado pelo TCU no acórdão 1211/2021);
- 11.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 11.15.3. a apresentação de documentos de cunho declaratório emitidos unilateralmente pela licitante;
- 11.15.4. a apresentação de documentos complementares ou substitutivos deverá ser enviado por meio do sistema e, findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

11.16. Caso seja necessário, para fins de confirmação, complementação, esclarecimento ou saneamento da documentação de habilitação o(a) Pregoeiro(a), a título de diligência, poderá solicitar à licitante o envio de documentação complementar, por meio do campo de “anexos” do sistema.

11.16.1. Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio pelo sistema, será admitido o envio dos respectivos documentos para o e-mail pregoeiro@sabaudia.pr.gov.br, devendo o(a) Pregoeiro(a), nessa hipótese, informar no “chat” a data e o horário do recebimento e disponibilizar o conteúdo para os demais licitantes interessados.

11.16.2. O prazo para envio dos documentos é de, no máximo 60 (sessenta) minutos, a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo(a) Pregoeiro(a) a

“Sabáudia, Rica, Bela e Feliz”



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR
CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343
www.sabaudia.pr.gov.br

depende das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

11.16.3. Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo(a) Pregoeiro(a).

11.16.4. Em caso de não envio dos documentos complementares no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo(a) Pregoeiro(a), a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

11.17. Os documentos de habilitação deverão se referir à empresa licitante, salvo quando, comprovadamente, após a data de emissão dos respectivos documentos, haja superveniente alteração contratual ou transferência de acervo técnico.

11.17.1. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

11.17.2. Os documentos relativos à habilitação técnica e econômico-financeira poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial.

11.17.3. Para fins de verificação das condições de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá, diretamente, realizar consulta em sítios oficiais de órgãos e entidades cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública, constituindo os documentos obtidos como meio legal de prova.

11.18. As microempresas ou empresas de pequeno porte, assim declaradas para efeito dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

11.18.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, na forma do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006;

11.18.2. A não regularização dos documentos, no prazo previsto no subitem acima, implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no §5º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

11.19. O documento que não tiver prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor não será habilitante, quando o intervalo entre a sua data de expedição ou de revalidação e a data de abertura da presente licitação for superior a 90 (noventa) dias corridos.

11.20. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

12. DOS RECURSOS

12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

12.3. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da lavratura do Relatório de Julgamento.

12.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

12.5. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

“Sabáudia, Rica, Bela e Feliz”



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR
CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343
www.sabaudia.pr.gov.br

- 12.6. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 12.7. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 12.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 12.9. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

13. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 13.1. A sessão pública poderá ser reaberta:
- 13.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam;
- 13.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
- 13.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
- 13.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.
- 13.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

14. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 14.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá adjudicar o objeto e homologar a licitação.
- 14.2. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 15.1. Não haverá a exigência de garantia de execução para a presente contratação.

16. DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

- 16.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, a qual poderá ser por meio de correio eletrônico ou qualquer outro meio a critério do Município, para assinar o Contrato, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 16.1.1. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.
- 16.2. O Contrato deverá ser assinado pelo representante legal da adjudicatária (diretor, sócio da empresa ou procurador), conforme o contrato social e, na hipótese de nomeação de procurador, deverá o respectivo instrumento ser apresentado juntamente com documento oficial de identidade com fotografia do representante, atendidas as exigências do subitem "15.1".



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR
CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343
www.sabaudia.pr.gov.br

16.3. A adjudicatária que se recusar, sem motivo justificado e aceito pela Administração, a assinar o Contrato, dentro do prazo previsto no item “15.1” ou item “15.1.1”, caracterizando o descumprimento total da obrigação, ficará sujeita à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado dos itens cujos preços foram registrados, além das demais sanções cabíveis e previstas no Artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.

16.4. No caso de o fornecedor primeiro classificado, depois de convocado, não comparecer ou se recusar a assinar o Contrato, sem prejuízo das cominações a ele previstas neste Edital, a Administração, nos termos do art. 90, §2º e seguintes da Lei 14.133/2021, na ordem de classificação, poderá convocar os licitantes remanescentes.

16.5. No caso de o fornecedor primeiro classificado assinar o Contrato, mas por qualquer motivo legalmente previsto, tiver o Contrato rescindido ou cancelado, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assumir o Contrato pelo valor original.

16.6. Serão formalizados tantos Contratos quanto necessários para a aquisição de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição dos itens, as respectivas quantidades, preços e demais condições.

17. DA GESTÃO DO CONTRATO

17.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

17.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

17.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

17.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

17.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

17.6. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

17.7. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

17.8. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

17.9. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

17.10. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

17.11. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

“Sabáudia, Rica, Bela e Feliz”



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR
CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343
www.sabaudia.pr.gov.br

18. DAS SANÇÕES E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

18.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021 e do Decreto Municipal nº 162/2025 o contratado que:

- 18.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 18.1.2. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 18.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 18.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 18.1.5. fraudar a licitação;
- 18.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 18.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 18.1.8. praticar ato lesivo previsto no Art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013.

18.2. Constituem comportamentos que serão enquadrados no item “17.1.1”, sem prejuízo de outros que venham a ser verificados no decorrer da licitação ou da execução contratual:

- 18.2.1. deixar de entregar documentação exigida no instrumento convocatório;
- 18.2.2. entregar documentação em manifesta desconformidade com as exigências do instrumento convocatório;
- 18.2.3. fazer entrega parcial de documentação exigida no instrumento convocatório;
- 18.2.4. deixar de entregar documentação complementar exigida pelo(a) Agente de Contratação/Pregoeiro(a), necessária para a comprovação de veracidade e/ou autenticidade de documentação exigida no edital de licitação.

18.3. Constituem comportamentos que serão enquadrados no item “17.1.2”, sem prejuízo de outros que venham a ser verificados no decorrer da licitação ou da execução contratual:

- 18.3.1. deixar de atender a convocações do(a) Agente de Contratação/Pregoeiro(a) durante o trâmite do certame ou atendê-las de forma insatisfatória;
- 18.3.2. deixar de encaminhar ou encaminhar em manifesta desconformidade com o instrumento convocatório as amostras solicitadas pelo(a) Agente de Contratação/Pregoeiro(a);
- 18.3.3. abandonar o certame;
- 18.3.4. solicitar a desclassificação após a abertura da sessão do certame.

18.4. Considera-se a conduta do item “17.1.5” como sendo a prática de qualquer ato destinado à obtenção de vantagem ilícita ou que induza ou mantenha em erro Agentes Públicos Municipais, com exceção da conduta disposta no item “17.1.4”.

18.5. Considera-se a conduta do item “17.1.6” como sendo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, sem prejuízo de outras que venham a ser verificadas no decorrer da licitação ou da execução contratual.

18.6. As infrações administrativas somente são punidas quando consumadas.

18.7. Serão aplicadas ao licitante que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções administrativas:

- 18.7.1. advertência;
- 18.7.2. multa;
- 18.7.3. impedimento de licitar e contratar;
- 18.7.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

18.8. As sanções previstas na alínea “17.7” serão aplicadas de acordo com as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto Municipal nº 162/2025 quando a licitante ou a contratada:

- 18.8.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame: Penalidade de impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município de Sabáudia/PR pelo período máximo 60 (sessenta) dias;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR
CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343
www.sabaudia.pr.gov.br

- 18.8.2. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Penalidade de impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município de Sabáudia/PR pelo período máximo 90 (noventa) dias;
- 18.8.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Penalidade de impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município de Sabáudia/PR pelo período máximo 120 (cento e vinte) dias;
- 18.8.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: Penalidade de impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município de Sabáudia/PR pelo período máximo 120 (cento e vinte) dias.
- 18.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos itens “17.1.4”, “17.1.5”, “17.1.6”, “17.1.7” e “17.1.8”, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens “17.1.1”, “17.1.2” e “17.1.3” do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que as sanções previstas nos itens “17.8.1”, “17.8.2”, “17.8.3” e “17.8.4”, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Direta e Indireta de todos os Entes Federativos, pelo período mínimo de 36 (trinta e seis) meses e máximo de 72 (setenta e dois) meses.
- 18.10. A aplicação de três sanções de advertência pelo mesmo motivo, em um mesmo contrato, possibilita a aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar.
- 18.11. No caso da prática de atos lesivos previstos no art. 5º da Lei Federal n.º 12.846/2013, a que se refere o inciso XII do Art. 3º, todas as infrações administrativas conexas serão apuradas e julgadas conjuntamente, nos termos da referida lei.
- 18.12. A aplicação das sanções previstas na alínea “17.7” não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado ao Município.
- 18.13. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a pena de multa.
- 18.14. A multa imposta ao licitante, se não disposta de forma diferente, poderá ser:
- 18.14.1. de caráter compensatório, quando será aplicada nos seguintes percentuais:
- 18.14.1.1. até 30% (trinta por cento) sobre o valor da licitação, pela recusa injustificada do licitante adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração.
- 18.15. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no Capítulo VI do Decreto Municipal nº 162/2025.
- 18.16. Na aplicação das sanções, deverão ser observadas as seguintes circunstâncias:
- 18.16.1. proporcionalidade entre a sanção, a gravidade da infração e o vulto econômico da contratação;
- 18.16.2. danos resultantes da infração;
- 18.16.3. situação econômico-financeira da sancionada, em especial sua capacidade de geração de receitas e seu patrimônio, no caso de aplicação de multa;
- 18.16.4. reincidência, assim entendida a repetição de infração de igual natureza após aplicação da sanção anterior;
- 18.16.5. circunstâncias gerais agravantes ou atenuantes da infração.
- 18.17. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Decreto e na Lei Federal n.º 14.133/2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado (art. 39, Decreto Municipal nº 162/2025).
- 18.18. As penalidades impostas, como a de impedimento de licitar e contratar com o Município e a declaração de inidoneidade para licitar e contratar, devem, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contados



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR
CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343
www.sabaudia.pr.gov.br

da data de aplicação da sanção, serem comunicadas/registradas no Portal Nacional de Contratações Públicas, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), e no Cadastro de Impedidos de Licitar do Município. (Parágrafo único do artigo nº 44 do Decreto Municipal nº 162/2025).

18.19. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 40 do Decreto Municipal nº 162/2025.

18.1. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022 e do art. 13 do Decreto Municipal nº 162/2025.

19. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

19.1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual:

19.2. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

19.2.1. PRÁTICA CORRUPTA: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do Contrato;

19.2.2. PRÁTICA FRAUDULENTA: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou execução do Contrato;

19.2.3. PRÁTICA COLUSIVA: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

19.2.4. PRÁTICA COERCITIVA: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, as pessoas ou a sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

19.2.5. PRÁTICA OBSTRUTIVA:

19.2.5.1. Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, neste Edital;

19.2.5.2. Atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção;

19.2.5.3. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução de um contrato financiado pelo organismo;

19.2.5.4. Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e a execução do contrato.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR
CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343
www.sabaudia.pr.gov.br

20. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

20.1. Qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para solicitar esclarecimentos ou providências em relação ao presente PREGÃO, ou ainda para impugnar este Edital, desde que o faça com antecedência de até 03 (três) dias úteis, da data fixada para a abertura da sessão pública do certame.

20.2. A impugnação ou pedido de esclarecimento poderá ser realizado por forma eletrônica, pelo e-mail (pregoeiro@sabaudia.pr.gov.br), ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Praça da Bandeira, nº47, Centro, Sabáudia/PR, no Setor de Protocolo.

20.3. Caberá ao(à) Pregoeiro(a), auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação ou o pedido de esclarecimento no prazo de até 03 (três) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

20.4. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo(a) Pregoeiro(a), nos autos do processo de licitação.

20.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, caso necessário.

20.6. As respostas às impugnações e aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Relatório de Julgamento no sistema eletrônico.

21.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo(a) Pregoeiro(a).

21.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

21.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

21.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

21.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

21.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

21.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

“Sabáudia, Rica, Bela e Feliz”



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR
CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343
www.sabaudia.pr.gov.br

21.10. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 21.10.1. Anexo I – Termo de referência;
- 21.10.2. Anexo II – Modelo de proposta de preços;
- 21.10.3. Anexo III – Minuta do Contrato;
- 21.10.4. Anexo IV – Modelo de declaração que a empresa é optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional).
- 21.10.5. Anexo V – Termo de Vistoria;
- 21.10.6. Anexo VI – Declaração de Dispensa de Vistoria;

Prefeitura do Município de Sabáudia, 19 de junho de 2026.

EDSON HUGO MANUEIRA
Prefeito Municipal



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR
CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343
www.sabaudia.pr.gov.br

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 017/2026

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETIVO:

O presente Termo de Referência tem por objeto a **“CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DOMICILIARES, RESÍDUOS VOLUMOSOS CLASSE II B E CHORUME DA UNIDADE DE TRANSBORDO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA/PR, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE CAÇAMBAS ROLL-ON ROLL-OFF”**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:

A presente contratação justifica-se pela necessidade de assegurar a adequada gestão, transporte e destinação final ambientalmente correta dos resíduos sólidos urbanos domiciliares, dos resíduos volumosos Classe II B e do chorume gerado na Unidade de Transbordo de Resíduos Sólidos do Município de Sabáudia/PR.

A geração de resíduos sólidos é uma consequência inevitável das atividades humanas e ocorre de forma contínua no território municipal, exigindo da Administração Pública a adoção de medidas que garantam seu manejo adequado, desde a coleta até a destinação final ambientalmente apropriada. Nesse contexto, cabe ao Município estruturar e manter serviços públicos eficientes de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, conforme estabelecido pela Constituição Federal e pela Lei Federal nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Nos termos da referida legislação, os resíduos sólidos devem ser gerenciados de forma a minimizar impactos ambientais e riscos à saúde pública, observando-se princípios como a prevenção da poluição, a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos e a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

O Município de Sabáudia realiza regularmente a coleta de resíduos sólidos urbanos domiciliares junto à população, os quais são direcionados para a Unidade de Transbordo Municipal. Nesse local, os resíduos são temporariamente acondicionados até serem transportados para destinação final em empreendimento ambientalmente licenciado.

Entretanto, o Município não possui aterro sanitário próprio nem estrutura licenciada para realizar o tratamento e a disposição final desses resíduos, sendo necessária a contratação de empresa especializada para realizar o transporte e destinação final em aterro sanitário ou empreendimento ambientalmente licenciado.

Além dos resíduos domiciliares, o Município também enfrenta a crescente geração de resíduos volumosos, tais como sofás, colchões, móveis inservíveis, madeiras e outros materiais de grande porte. Esses resíduos, classificados como Classe II B conforme a NBR 10.004 da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, apresentam manejo diferenciado e não podem ser destinados juntamente com os resíduos domiciliares sem os devidos cuidados técnicos.

A ausência de solução adequada para esses materiais frequentemente resulta em descarte irregular em vias públicas, terrenos baldios e áreas rurais, gerando impactos ambientais negativos, poluição visual, obstrução de vias, proliferação de vetores e degradação das condições sanitárias do Município. Assim, torna-se necessária a disponibilização de estrutura adequada para coleta, transporte e destinação final desses resíduos, garantindo sua correta gestão ambiental.

Outro aspecto relevante refere-se ao chorume gerado na Unidade de Transbordo de Resíduos Sólidos. O chorume é um líquido resultante da decomposição dos resíduos sólidos e da infiltração de líquidos



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR
CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343
www.sabaudia.pr.gov.br

presentes nos materiais descartados, possuindo elevado potencial poluidor quando não manejado adequadamente.

A Unidade de Transbordo Municipal possui sistema de contenção e caixa de acumulação para armazenamento temporário desse efluente, entretanto não dispõe de sistema próprio de tratamento ou destinação final. Dessa forma, torna-se indispensável a contratação de empresa especializada para realizar a coleta, transporte e destinação final ambientalmente adequada do chorume, em conformidade com as normas ambientais vigentes.

A ausência desses serviços comprometeria a regularidade operacional da Unidade de Transbordo, podendo ocasionar riscos ambientais, sanitários e administrativos, inclusive com possibilidade de sanções por parte dos órgãos ambientais competentes.

Diante desse cenário, a contratação de empresa especializada para a execução dos serviços de transporte e destinação final de resíduos sólidos urbanos domiciliares, coleta e destinação de chorume e manejo de resíduos volumosos apresenta-se como solução técnica adequada, garantindo a continuidade dos serviços públicos de limpeza urbana, o cumprimento da legislação ambiental vigente e a proteção da saúde pública e do meio ambiente.

Além disso, a contratação permitirá maior controle operacional da gestão de resíduos sólidos no Município, assegurando rastreabilidade da destinação final, regularidade ambiental das operações e eficiência na execução dos serviços públicos relacionados ao manejo de resíduos.

Assim, considerando a inexistência de estrutura municipal própria para realização dessas atividades e a necessidade de atendimento às normas ambientais vigentes, a contratação pretendida mostra-se indispensável para assegurar a adequada gestão dos resíduos sólidos no Município de Sabáudia.

3. MODALIDADE DE LICITAÇÃO / CRITÉRIO DE JULGAMENTO / SISTEMA DE LICITAÇÃO:

A modalidade adotada deverá ser o PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, por se tratar de serviço comum, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021. O critério de julgamento a ser adotado será o MENOR PREÇO GLOBAL, considerando a integração operacional dos serviços de coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos urbanos domiciliares, resíduos volumosos Classe II B e chorume, de modo a assegurar maior economicidade, eficiência logística, padronização dos procedimentos e simplificação da gestão contratual, sendo considerada vencedora a licitante que, após a análise da proposta de preço e dos documentos de habilitação, atender às exigências do edital e apresentar a proposta global mais vantajosa para a Administração Pública.

4. DESCRIÇÃO:

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	VALOR UNITÁRIO MÁX. R\$	VALOR TOTAL MÁX. R\$
01	1800	TON	Serviço de transporte e destinação final de resíduos sólidos em aterro sanitário devidamente licenciado por órgão ambiental integrante do SISNAMA (Sistema Nacional de Meio Ambiente), com disponibilidade de 1 caçamba roll-on roll-off com capacidade de 40m³ e 1 caçamba roll-on roll-off com capacidade de 27m³.	292,55	526.590,00
02	36	TON	Serviço de coleta, transporte e destinação final adequada de chorume (líquido percolado resultado da decomposição de resíduos sólidos e água pluviais) em local devidamente licenciado por órgão ambiental integrante do SISNAMA (Sistema Nacional de Meio Ambiente), da caixa de acumulação de chorume da Unidade de Transbordo de Resíduos Sólidos municipal de Sabáudia/PR, conforme demanda.	536,99	19.331,64



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR
CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343
www.sabaudia.pr.gov.br

03	200	TON	Contratação de serviço de coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos volumosos Classe IIB, em aterro devidamente licenciado por órgão ambiental integrante do SISNAMA (Sistema Nacional de Meio Ambiente), produzidos no município de Sabáudia, com fornecimento de caixa/caçamba de capacidade de 40m ³ .	452,18	90.436,00
----	-----	-----	--	--------	-----------

5. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

O valor estimado para essa contratação é **R\$ 636.357,64 (seiscentos e trinta e seis mil, trezentos e cinquenta e sete reais e sessenta e quatro centavos)**.

A pesquisa de preços foi realizada considerando o previsto no art. 23 da Lei Federal 14.133/2021 e no Decreto Municipal 081/2023.

Os valores unitários estimados da contratação são os constantes no Mapa de Preços anexo.

6. DEMONSTRAÇÃO TÉCNICA:

Por se tratar de serviço comum, a qualidade dos serviços não precisará ser demonstrada pela demonstração técnica, no entanto, o licitante com menor preço deverá realizar o serviço de acordo com os padrões exigidos neste termo de referência.

7. FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

- Todas as condicionantes técnicas estabelecidas neste Termo de Referência constituem requisitos indispensáveis à execução do objeto e deverão ser integralmente observadas pela contratada durante toda a vigência contratual.
- Os serviços deverão ser executados na Unidade de Transbordo de Resíduos Sólidos do Município de Sabáudia, localizada na Rodovia PR-218, saída para Astorga, no horário compreendido entre 08h30min e 16h30min, de segunda a sexta-feira.
- A execução dos serviços relacionados ao transporte e destinação final dos resíduos sólidos urbanos domiciliares deverá ocorrer de forma fracionada e contínua, com no mínimo duas coletas semanais das caçambas disponibilizadas, ou sempre que atingida a capacidade operacional das mesmas, de forma a garantir a regularidade do funcionamento da Unidade de Transbordo.
- A contratada deverá disponibilizar, de forma contínua, no mínimo 01 (uma) caçamba roll-on roll-off com capacidade aproximada de 40m³ e 01 (uma) caçamba roll-on roll-off com capacidade aproximada de 27m³, compatíveis com a estrutura física da Unidade de Transbordo Municipal. Considerando as características estruturais da unidade, não é possível a disposição simultânea de duas caçambas de 40m³ no local, podendo o licitante disponibilizar duas caçambas de 27m³ desde que não haja prejuízo operacional à Administração e seja plenamente atendida a demanda estimada de aproximadamente 150 toneladas mensais de resíduos sólidos.
- Para a realização do transporte das caçambas deverá ser utilizado caminhão apropriado para este tipo de operação, comumente denominado "Romeu e Julieta", ou equipamento equivalente tecnicamente compatível com o sistema roll-on roll-off.
- A coleta, transporte e destinação final do chorume acumulado na caixa de acumulação da Unidade de Transbordo ocorrerá conforme demanda da Administração, mediante emissão de ordem de serviço devidamente assinada pelo gestor do contrato. O prazo máximo para execução do serviço após a emissão da ordem de serviço será de 48 (quarenta e oito) horas.
- Para a realização da coleta e transporte do chorume deverá ser utilizado caminhão tanque com capacidade mínima de 3.000 (três mil) litros, devidamente equipado com os acessórios,

"Sabáudia, Rica, Bela e Feliz"



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR
CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343
www.sabaudia.pr.gov.br

mangueiras, bombas e ferramentas necessárias para completa execução do serviço, incluindo o bombeamento do líquido acumulado na caixa de armazenamento.

- h) Considerando que o chorume é um resíduo líquido gerado em volume variável e dependente de fatores como umidade dos resíduos e condições climáticas, não é possível estabelecer periodicidade fixa para sua coleta, motivo pelo qual as solicitações ocorrerão exclusivamente conforme necessidade operacional da unidade.
- i) Para a execução dos serviços relacionados aos resíduos sólidos volumosos Classe II B, a contratada deverá disponibilizar caçamba com capacidade mínima de 40m³ no local indicado pelo gestor do contrato, sempre que solicitado pela Administração. Não haverá prazo máximo pré-determinado para permanência da caçamba no local, devendo sua retirada ocorrer somente mediante solicitação do gestor contratual após o preenchimento da mesma.
- j) Os resíduos volumosos deverão ser coletados, transportados e destinados a aterro sanitário ou local de destinação final devidamente licenciado por órgão ambiental competente.
- k) O veículo deverá possuir equipamentos de rastreamento e estar legalizado, bem como atender os requisitos básicos de tráfego.
- l) Quanto às pesagens dos resíduos sólidos urbanos domiciliares, resíduos volumosos e chorume coletado, estas deverão estar inclusas no valor da execução do objeto, considerando que a Unidade de Transbordo Municipal de Sabáudia não possui balança rodoviária própria.
- m) As pesagens deverão ser realizadas em balança rodoviária localizada no Município de Sabáudia ou em local previamente autorizado pela Administração, permitindo o acompanhamento pelo fiscal do contrato sempre que necessário.
- n) Após a realização das pesagens, a contratada deverá emitir os respectivos comprovantes e encaminhá-los à contratante, devidamente assinados e atestados, por meio eletrônico ao endereço institucional informado pela Administração, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.
- o) Recebidos os comprovantes de pesagem, a Administração terá prazo de até 05 (cinco) dias úteis para verificação, conferência e validação das informações apresentadas. Após a confirmação das informações, a contratada estará autorizada a emitir a nota fiscal correspondente aos serviços prestados.
- p) Para fins de organização administrativa e controle contratual, a emissão das notas fiscais deverá ocorrer mensalmente, considerando todas as pesagens realizadas entre o primeiro e o último dia de cada mês.
- q) A execução integral dos serviços, incluindo a disponibilização de veículos, equipamentos, acessórios, ferramentas, equipamentos de proteção individual e mão de obra necessária, será de inteira responsabilidade da contratada.
- r) Correrão por conta da contratada todas as despesas diretas e indiretas relacionadas à execução do objeto, incluindo impostos, fretes, transporte, combustíveis, manutenção de veículos, despesas trabalhistas, previdenciárias, seguros, alimentação, hospedagem, encargos sociais e quaisquer outros custos necessários à fiel execução dos serviços contratados.
- s) Todos os veículos utilizados na execução dos serviços deverão estar devidamente regularizados, licenciados, em boas condições de operação e equipados com sistema de rastreamento, atendendo integralmente às normas de trânsito, segurança e transporte de resíduos vigentes.

8. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO E PAGAMENTO:

Os serviços serão executados de forma contínua e sob demanda, conforme especificidade de cada item, durante o período contratual.

O pagamento será realizado mensalmente, em até 30 dias após a apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo fiscal do contrato, mediante comprovação de regularidade fiscal e apresentação dos comprovantes de pesagem e certificação de destinação final.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR
CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343
www.sabaudia.pr.gov.br

Caso os serviços não sejam executados no prazo estabelecido, o fiscal do contrato iniciará procedimento administrativo para cumprimento integral do contrato e/ou aplicação de penalidades.

Em caso de o fiscal recusar o recebimento por conta de erros e vícios, a CONTRATADA terá o prazo de 15 (quinze) dias para correção.

Os pagamentos deverão ser realizados dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da nota fiscal.

O pagamento deverá ser previamente autorizado, mediante encaminhamento ao Departamento de Compras, de Nota Fiscal devidamente assinada pela autoridade solicitante e fiscal do contrato.

Da mesma forma o pagamento somente deverá ser realizado mediante comprovação de regularidade fiscal, INSS e FGTS.

09. VISTORIA

- a) É facultado à licitante interessada em participar desta licitação, mediante prévio agendamento junto ao Departamento de Engenharia, realizar vistoria técnica, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, contados da data marcada para a sessão pública, para conhecer as instalações.
- b) A vistoria deverá ser agendada de segunda a sexta-feira, no horário das 9h às 11h, com a Assessora de Engenharia Ambiental a senhora Fernanda Roberta Anklam.
- c) Não será realizada vistoria sem prévio agendamento ou fora do prazo estabelecido.
- d) A vistoria poderá ser realizada por responsável técnico ou representante da pessoa jurídica interessada em participar da licitação, que deverá comparecer municiado de identificação pessoal e do comprovante de vínculo com a empresa ou de procuração.
- e) A comprovação do vínculo poderá ser feita por meio de contrato de trabalho, contrato provisório de trabalho, contrato de prestação de serviço ou contrato social da empresa (no caso de sócio ou gerente).
- f) Caso o vistoriador não atenda aos requisitos, não será executada a vistoria.
- g) Realizada a vistoria, a licitante receberá o Termo de Vistoria, emitido pelo Departamento de Engenharia.
- h) Caso a interessada opte por não realizar vistoria prévia, firmará Declaração de Dispensa de Vistoria, assinada pelo responsável técnico da licitante, na qual atestará o conhecimento pleno do local e das condições e peculiaridades da contratação, assumindo todo e qualquer risco por sua decisão e se comprometendo a prestar fielmente o serviço nos termos de sua proposta e do presente edital.
- i) O Termo de Vistoria ou a Declaração de Dispensa de Vistoria deverá ser apresentado(a) junto com a documentação de habilitação. A não apresentação dos mencionados documentos implicará inabilitação do licitante, nos termos do §2º, artigo 63, da Lei n.º 14.133/2021.

10. GARANTIA DE EXECUÇÃO

Não haverá a exigência de garantia de execução para a presente contratação.

11. FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR:

A seleção de fornecedor deverá considerar os requisitos de habilitação jurídica, de regularidade fiscal e trabalhista, além de:

11.1 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor do Foro da sede da Pessoa Jurídica, ou execução patrimonial, expedida no domicílio da mesma.

11.2 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

“Sabáudia, Rica, Bela e Feliz”



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR
CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343
www.sabaudia.pr.gov.br

- a) Deverá ser apresentada comprovação de que a empresa proponente se encontra regularmente registrada no respectivo conselho de classe competente, quando aplicável, para o desempenho das atividades relacionadas ao objeto da contratação.
- b) A licitante deverá apresentar atestado(s) de capacidade técnica operacional, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente assinado(s) pelo responsável legal da entidade emissora, comprovando que executou satisfatoriamente serviços compatíveis com o objeto desta licitação, em características, quantidades e complexidade.
- c) A licitante deverá comprovar possuir em seu quadro profissional legalmente habilitado com registro no respectivo conselho de classe competente, quando aplicável, que desempenhará a função de responsável técnico pela execução dos serviços.

A exigência de qualificação técnica na fase de habilitação, referente aos itens **a, b e c**, justifica-se pela necessidade de garantir que a empresa licitante possua capacidade técnica e estrutura mínima compatíveis com a execução do objeto contratado, especialmente considerando que os serviços envolvem coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos urbanos, resíduos volumosos e chorume, atividades que demandam conhecimento técnico, responsabilidade ambiental e cumprimento rigoroso da legislação vigente. A comprovação de registro em conselho de classe competente, a apresentação de atestados de capacidade técnica operacional e a indicação de profissional habilitado como responsável técnico visam assegurar que a empresa possui experiência comprovada na execução de serviços similares e dispõe de profissional qualificado para acompanhar e responder tecnicamente pelas atividades executadas, garantindo maior segurança à Administração Pública quanto à adequada prestação dos serviços, à observância das normas técnicas e ambientais e à mitigação de riscos operacionais e ambientais decorrentes da execução contratual.

- d) A licitante deverá apresentar declaração formal de disponibilidade dos equipamentos necessários à execução dos serviços, incluindo caçambas em quantidade suficiente para atender a demanda, caminhões apropriados para transporte de caçambas roll-on roll-off, caminhão tanque para coleta de chorume e demais equipamentos indispensáveis à execução das atividades previstas neste Termo de Referência.
- e) Deverá ser apresentado Termo de Vistoria Técnica ou Declaração de Dispensa de Vistoria, conforme definido no edital da licitação. A não apresentação dos mencionados documentos implica aceitação geral e irrestrita por parte da licitante das especificações e condições do objeto licitado e de sua plena execução.

12. CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO:

A empresa vencedora deverá comprovar, após a fase de habilitação e como condição para continuidade do processo, e assinatura do contrato, no prazo máximo de 5 (cinco) dias da homologação do processo, prorrogáveis por até mais 5 (cinco), às seguintes condições:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR
CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343
www.sabaudia.pr.gov.br

A exigência das condições previstas nos itens a, b, c e d justifica-se pela necessidade de assegurar que a empresa vencedora possua regularidade ambiental e estrutura adequada para a execução dos serviços de transporte e destinação final de resíduos sólidos urbanos, resíduos volumosos e chorume, atividades que, por sua natureza, dependem de licenciamento ambiental e de empreendimentos devidamente autorizados pelos órgãos competentes, garantindo que a destinação final ocorra de forma ambientalmente adequada e em conformidade com a legislação vigente.

22. Apresentar Licença Ambiental válida emitida pelo Instituto Água e Terra – IAT, ou órgão ambiental competente integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, autorizando o transporte de resíduos sólidos Classe II e efluentes líquidos, conforme classificação da NBR 10.004. Caso a licença ambiental esteja próxima de seu vencimento em até 120 (cento e vinte) dias, deverá ser apresentado o respectivo protocolo de solicitação de renovação junto ao órgão ambiental competente.
23. Apresentar Licença Ambiental de Operação (LO) do local onde será realizada a destinação final dos resíduos sólidos urbanos e dos resíduos volumosos, bem como do local de tratamento do efluente coletado (chorume), podendo ser empreendimento próprio ou terceirizado.
24. No caso de o local de destinação final ou tratamento de efluente ser terceirizado, deverá ser apresentada declaração da empresa proprietária do empreendimento, acompanhada de cópia do contrato social da mesma, autorizando a licitante a descarregar os resíduos recolhidos provenientes do Município de Sabáudia.
25. O vínculo entre a contratada e a empresa responsável pela destinação final ou tratamento de efluentes, quando terceirizado, deverá possuir prazo mínimo correspondente à vigência do contrato firmado com o Município de Sabáudia, não podendo ser rescindido sem prévia comunicação à Administração Municipal.
26. A comprovação de vínculo entre o responsável técnico indicado e a empresa proponente poderá ser realizada mediante apresentação de registro em carteira de trabalho, ficha de registro de empregado, contrato de prestação de serviços ou documento equivalente. Para dirigente ou sócio da empresa, a comprovação poderá ocorrer mediante apresentação de cópia do contrato social ou da ata de assembleia que demonstre sua investidura no cargo.

A exigência prevista no item e tem por finalidade comprovar o vínculo do responsável técnico indicado com a empresa vencedora, assegurando que o profissional habilitado que responderá tecnicamente pela execução dos serviços esteja efetivamente vinculado à empresa contratada.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR
CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343
www.sabaudia.pr.gov.br

27. Apresentar planilha de custos e formação de preços detalhada para composição do valor contratado, respeitando as particularidades de cada licitante.
28. Erros no preenchimento da planilha não serão motivo suficiente para desclassificação da proposta quando puderem ser corrigidos sem alteração do valor global ofertado e desde que reste comprovado que o preço apresentado é suficiente para arcar com todos os custos da contratação.

As exigências constantes nos itens **f** e **g** visam assegurar a transparência e a adequada formação do preço contratado, permitindo à Administração verificar a viabilidade econômica da proposta apresentada e garantindo que o valor ofertado seja suficiente para cobrir todos os custos necessários à execução do objeto contratual, sem comprometer a qualidade e a regularidade da prestação dos serviços.

13. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO:

Para efeitos, a gestão ficará a cargo do gestor de contrato Rondinelli Ubirajara da Silva, Secretário de Comércio, Indústria, Serviços Urbanos e Meio Ambiente, o fiscal titular da contratação será Valdinei Aparecido Benelli, Diretor de Serviços Urbanos e Meio Ambiente, e o fiscal suplente da contratação será Marcelino Rodrigues Gonçalves, Auxiliar Administrativo.

14. SUBCONTRATAÇÃO:

Será vedada a subcontratação do transporte dos resíduos, admitindo-se subcontratação da destinação final apenas mediante comprovação de vínculo formal e apresentação de licença ambiental válida do local de destinação, conforme documentos solicitados na habilitação técnica.

15. VIGÊNCIA E PREVISÃO DE REVISÃO DE PREÇOS:

O Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, comprovado que o preço é vantajoso para a administração e com a anuência entre as partes. A revisão de preços poderá ser realizada nos termos previstos no art. 124, II, d da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, o que deverá ser tratado no Edital.

16. PENALIDADES:

São aplicáveis as sanções previstas no art. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/21 e demais normas pertinentes.

O Contrato deverá ser trazer previsões sobre a aplicação de sanções e penalidades.

17. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Caberá ao setor de contabilidade informar as dotações orçamentárias.

18. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- I. Fornecer o objeto em rigorosa e estrita obediência às prescrições e exigências contidas neste Termo de Referência, Edital e seus Anexos, bem como de acordo com a proposta apresentada.
- II. Responsabilizar-se pelos custos e execução de todo o processo referente ao objeto contratado, incluindo a disponibilização de todos os equipamentos necessários ao pleno cumprimento deste Termo de Referência, entre eles: caçambas roll-on roll-off com capacidade aproximada de 40m³ e 27m³ para resíduos sólidos urbanos domiciliares, caçamba para coleta de resíduos volumosos

“Sabáudia, Rica, Bela e Feliz”



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR
CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343
www.sabaudia.pr.gov.br

quando solicitado, caminhão equipado para içar, transportar e bascular as caçambas solicitadas, caminhão tanque para coleta de chorume, equipamentos de segurança, lona para recobrimento dos resíduos, bem como quaisquer outros equipamentos pertinentes à atividade.

- III. Possuir veículos, equipamentos e profissionais compatíveis com o exercício do objeto contratado.
- IV. Desempenhar todos os serviços especificados no presente Termo seguindo a legislação federal, estadual e municipal vigente, bem como instruções normativas e resoluções aplicáveis ao manejo, transporte e destinação de resíduos.
- V. Executar todos os serviços correlatos que se façam necessários à execução do objeto, os quais, em hipótese alguma, poderão incorrer em cobrança adicional.
- VI. Considerar incluídos nos valores propostos todos os custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto, inclusive transporte, frete, combustível, impostos, execução dos serviços, despesas trabalhistas, previdenciárias, seguros, hospedagem, alimentação quando necessário e quaisquer outros custos inerentes à execução contratual.
- VII. Garantir que a disposição final dos resíduos sólidos urbanos domiciliares e dos resíduos volumosos seja realizada em aterro sanitário ou local de depósito dotado de tecnologia equivalente para tratamento final dos resíduos, devidamente licenciado por órgão ambiental competente, observando as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.
- VIII. Arcar com o combustível necessário para realização dos serviços e substituição de pneus quando necessário, sendo também de sua responsabilidade as despesas mecânicas, substituição de peças, óleo lubrificante, óleo hidráulico, conserto de pneus e demais serviços de manutenção, bem como quaisquer danos decorrentes de acidentes.
- IX. Executar o objeto através de profissionais idôneos e devidamente capacitados, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou faltas que seus empregados causem à Administração ou a terceiros.
- X. Apresentar sempre que solicitado pelo fiscal do contrato documentos comprobatórios relativos à execução do objeto, regularidade quanto à legislação vigente, registros necessários e comprovação de destinação final adequada dos resíduos.
- XI. Realizar a aferição dos serviços mediante pesagem em balança rodoviária localizada no Município da Contratante ou em local previamente autorizado pela Administração, possibilitando o acompanhamento pelo fiscal do contrato.
- XII. Realizar o transporte dos resíduos sólidos e do chorume coletado até local devidamente licenciado e apropriado para destinação final, seguindo todos os trâmites legais necessários.
- XIII. Efetuar as coletas de chorume conforme necessidade da contratante, considerando tratar-se de resíduo líquido gerado em volume e tempo variáveis, não havendo periodicidade fixa previamente definida.
- XIV. Executar integralmente o serviço de coleta de chorume, incluindo o bombeamento do líquido acumulado, disponibilizando veículo apropriado, acessórios, ferramentas e colaboradores aptos à execução completa do serviço.
- XV. Garantir que todas as atividades realizadas em locais designados pela Administração sejam executadas por funcionários da empresa contratada, devidamente uniformizados e providos de equipamentos de proteção individual adequados.
- XVI. Responsabilizar-se por todas as despesas com alimentação, hospedagem, transporte e encargos de qualquer natureza relacionados ao pessoal necessário à execução do objeto contratual, inclusive encargos trabalhistas, previdenciários e sociais.
- XVII. Comparecer sempre que solicitado à sede da unidade requisitante para receber instruções, participar de reuniões ou prestar esclarecimentos relacionados ao cumprimento das obrigações contratuais.
- XVIII. Manter sigilo sobre todas as informações a que tiver acesso em razão da execução contratual, na forma da legislação aplicável.
- XIX. Não estabelecer vínculo trabalhista entre os empregados da contratada e o Município de Sabáudia, sendo de responsabilidade exclusiva da contratada todas as obrigações decorrentes da legislação trabalhista.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR
CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343
www.sabaudia.pr.gov.br

- XX. Reparar, corrigir ou refazer, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços que não atenderem às exigências do órgão fiscalizador, incluindo eventuais determinações do Instituto Água e Terra – IAT, ou que apresentarem vícios, defeitos ou incorreções.
- XXI. Manter durante toda a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em conformidade com o art. 92, inciso XVI da Lei nº 14.133/2021.
- XXII. Emitir documentos, relatórios ou informações técnicas em papel timbrado da empresa contratada quando aplicável.
- XXIII. Direcionar todos os recursos necessários à perfeita execução do objeto contratual, garantindo a prestação dos serviços de forma plena e satisfatória, sem ônus adicionais ao Município.
- XXIV. Executar os serviços observando os aspectos qualitativos e quantitativos previstos neste Termo de Referência e na legislação pertinente.
- XXV. Permitir que, em caso de descumprimento das obrigações no prazo estabelecido, a Administração possa exigir a execução às custas da contratada, podendo os valores correspondentes ser descontados dos pagamentos devidos.
- XXVI. Responder por quaisquer danos causados aos empregados, à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do objeto.
- XXVII. Responsabilizar-se pela segurança do trabalho de seus empregados.
- XXVIII. Arcar com todos os encargos decorrentes de sua atividade, sejam eles trabalhistas, sociais, previdenciários, fiscais ou comerciais.
- XXIX. Observar todas as normas legais vigentes aplicáveis à execução do objeto contratado.
- XXX. Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da contratação sem autorização expressa da Administração.
- XXXI. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, nos termos do art. 125 da Lei nº 14.133/2021.
- XXXII. Cumprir as disposições do Código de Defesa do Consumidor – Lei nº 8.078/1990, quando aplicável.
- XXXIII. Atender prontamente às reclamações da Administração e corrigir eventuais falhas na execução dos serviços.
- XXXIV. Cumprir todas as demais obrigações constantes do edital e do contrato.
- XXXV. Iniciar os serviços no prazo máximo de até 05 (cinco) dias após o recebimento da ordem de serviço emitida pela Administração.
- XXXVI. Reconhecer que o recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos decorrentes da execução inadequada dos serviços.

19. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- a) Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a CONTRATADA, efetuando os pagamentos;
- b) Fornecer e colocar à disposição da CONTRATADA todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução da contratação;
- c) Notificar, formal e tempestivamente, a CONTRATADA sobre as irregularidades observadas no cumprimento da contratação;
- d) Notificar a CONTRATADA, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;
- e) Fiscalizar a execução da presente contratação por um representante da CONTRATANTE, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação de serviços e/ou entrega de produtos de tudo dará ciência à Administração, conforme Artigo 117 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- f) A fiscalização de que trata o subitem acima não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução da contratação em conformidade com o Artigo 120, da Lei Federal nº 14.133/2021.

20. DECLARAÇÃO DE VERICIDADE:

Declaração de Veracidade e Responsabilidade das Informações prestadas na cotação de preços:

“Sabáudia, Rica, Bela e Feliz”



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR
CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343
www.sabaudia.pr.gov.br

Fica declarado que as informações aqui constantes foram obtidas a pedido da secretaria requisitante;
Na hipótese de o que acima declarado não ser verdade, esse texto vale como confissão de erro. Assim, este erro se insere no caso de declaração falsa ou diversa presente no Código Penal em seu artigo 299.

Sabáudia, 04 de março de 2026.

Autoridade solicitante
Rondinelli Ubirajara da Silva
Secretário da Indústria, Comércio, Serviços Urbanos e Meio Ambiente

Técnico responsável
Fernanda Roberta Anklam
Assessora de Engenharia Ambiental

Cientes e de acordo:

Fiscal Titular
VALDINEI APARECIDO BENELLI
Diretor de Serviços Urbanos e Meio Ambiente

Fiscal Suplente
MARCELINO RODRIGUES GONÇALVES
Auxiliar Administrativo



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR
CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343
www.sabaudia.pr.gov.br

PREGÃO ELETRÔNICO N°. 017/2026

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Prezados Senhores,

Apresentamos e submetemos à apreciação desta Comissão de Licitação a nossa proposta de preços relativa ao Edital Pregão Eletrônico em epígrafe cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DOMICILIARES, RESÍDUOS VOLUMOSOS CLASSE II B E CHORUME DA UNIDADE DE TRANSBORDO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA/PR, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE CAÇAMBAS ROLL-ON ROLL-OFF**, conforme segue:

Descrição do objeto, conforme relação do ANEXO I, CONSTANDO, necessariamente: item, unidade, quantidade, descrição, MARCA, preço unitário, bem como preço total (COM NO MÁXIMO DUAS CASAS APÓS A VÍRGULA).

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	1800	TON	Serviço de transporte e destinação final de resíduos sólidos em aterro sanitário devidamente licenciado por órgão ambiental integrante do SISNAMA (Sistema Nacional de Meio Ambiente), com disponibilidade de 1 caçamba roll-on roll-off com capacidade de 40m³ e 1 caçamba roll-on roll-off com capacidade de 27m³.		
02	36	TON	Serviço de coleta, transporte e destinação final adequada de chorume (líquido percolado resultado da decomposição de resíduos sólidos e água pluviais) em local devidamente licenciado por órgão ambiental integrante do SISNAMA (Sistema Nacional de Meio Ambiente), da caixa de acumulação de chorume da Unidade de Transbordo de Resíduos Sólidos municipal de Sabáudia/PR, conforme demanda.		
03	200	TON	Contração de serviço de coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos volumosos Classe IIB, em aterro devidamente licenciado por órgão ambiental integrante do SISNAMA (Sistema Nacional de Meio Ambiente), produzidos no município de Sabáudia, com fornecimento de caixa/caçamba de capacidade de 40m³.		

Valor total: _____.

- Os produtos/serviços, objeto desta licitação, deverão ser de **EXCELENTE QUALIDADE**, obedecendo, as normas técnicas, controle de qualidade e atender estritamente as especificações dos itens constantes no **Anexo I**.
- Prazo mínimo da validade da proposta de preços é de 60 (sessenta) dias, que será contado a partir da data da entrega da proposta. Na contagem do prazo excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia do vencimento.
- A entrega dos produtos, objeto desta licitação será realizada de **FORMA ÚNICA**, e efetuada no prazo máximo de até **10 (dez) dias**, a contar da data de recebimento da Autorização de Fornecimento, expedida pela Divisão de Compras, entregue no local determinado, acompanhado da Nota Fiscal.

"Sabáudia, Rica, Bela e Feliz"



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR
CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343
www.sabaudia.pr.gov.br

- O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, após a entrega dos produtos/execução dos serviços mediante apresentação de nota fiscal.
- O(A) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a)....., Portador(a) do RG sob nº e CPF nº, cuja função/cargo é(sócio administrador/procurador/diretor/etc), responsável pela assinatura do Contrato;
- Em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, concordo que o Contrato seja encaminhado para o seguinte endereço:
E-mail:
Telefone: ()

Declaro ainda estar de acordo e ciente com todas as exigências estipuladas em Edital.

Obs.: Tendo em vista que os pagamentos ocorrerão exclusivamente por meio de transferência eletrônica, solicitados os valiosos préstimos no sentido de informar em sua proposta comercial o número da conta corrente, agência e banco.

_____, em _____ de _____
Atenciosamente,

Nome e Assinatura do Representante Legal da Empresa



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR
CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343
www.sabaudia.pr.gov.br

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 017/2026

ANEXO III

MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº .../....
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 038/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2026

**CONTRATO ADMINISTRATIVO QUE ENTRE SI
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SABÁUDIA E A
EMPRESA _____.**

O Município de Sabáudia, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 76.958.974/0001-44, com sede na Praça da Bandeira, nº. 47, Centro, Estado do Paraná, neste ato, representada pelo Prefeito Municipal Senhor **EDSON HUGO MANUEIRA**, portador da Cédula de Identidade RG/CPF/MF sob n.º 035.379.509-77, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município de Sabáudia-PR, a seguir denominada **CONTRATANTE**, e a empresa _____ pessoa jurídica de direito privado, regularmente inscrita no CNPJ _____, com sede na Rua _____ nº _____, Bairro _____, na Cidade de _____, telefone (____) _____, e-mail _____, neste ato representada por seu representante legal o (a) Senhor (a) _____, profissão, brasileiro (a), estado civil, portador (a) da Cédula de Identidade, R.G. nº _____, inscrito (a) no C.P.F./MF nº _____, residente _____, bairro _____, cidade _____, a seguir denominada **CONTRATADA**, acordam e ajustam firmar o presente CONTRATO, decorrente do resultado da licitação, modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, cujo critério de julgamento é **MENOR PREÇO GLOBAL**, pelas condições do Edital de Pregão Eletrônico nº 017/2026, pelos termos da proposta do (a) CONTRATADO (A) datada de ____/____/____ e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente Contrato tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DOMICILIARES, RESÍDUOS VOLUMOSOS CLASSE II B E CHORUME DA UNIDADE DE TRANSBORDO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA/PR, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE CAÇAMBAS ROLL-ON ROLL-OFF**, especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, Anexo I do edital de Pregão Eletrônico nº 017/2026, que é parte integrante deste Contrato, assim como a proposta vencedora, eventuais anexos dos documentos supracitados, independentemente de transcrição.

1.2. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

(relação dos itens vencedores)

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1. O valor global deste Contrato é de R\$ _____ (_____).

2.2. Os serviços serão executados de forma contínua e sob demanda, conforme especificidade de cada item, durante o período contratual. O pagamento será realizado mensalmente mediante ateste pelo fiscal do contrato.

2.3. O pagamento à CONTRATADA será efetuado em até 30 (trinta) dias após a efetiva entrega dos produtos/execução dos serviços, mediante apresentação de Nota Fiscal na quantidade solicitada pelo Departamento de Compras desta Municipalidade.

"Sabáudia, Rica, Bela e Feliz"



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR
CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343
www.sabaudia.pr.gov.br

- 2.4. A Nota Fiscal, Fatura, boleto bancário ou quaisquer documentos deverá obrigatoriamente destacar o valor do IRRF, quando aplicável a retenção do imposto por oportunidade do pagamento pela Municipalidade, sob pena de não ser recebida/aceita pela Administração.
- 2.5. Juntamente com a nota fiscal, os comprovantes atualizados de regularidade com a Fazenda Pública Federal, com a Previdência Social, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
- 2.6. Os pagamentos não realizados dentro do prazo, motivados pela empresa a ser contratada, assim como atraso na apresentação das faturas corretas não serão geradores de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.
- 2.7. Caso o CONTRATANTE venha a efetuar algum pagamento após o vencimento, por sua exclusiva responsabilidade, o valor em atraso será acrescido de encargos financeiros calculados com base no INPC-IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), a partir do prazo estipulado para o pagamento, devendo ser este o índice utilizado para qualquer situação corrente, relativa ao presente instrumento, e na sua falta, aquele que vier a substituí-lo.
- 2.8. Caso se constate irregularidade nas faturas apresentadas, o CONTRATANTE, a seu exclusivo critério, poderá devolvê-las à CONTRATADA, para as devidas correções. Na hipótese de devolução, as faturas serão consideradas como não apresentadas, para fins de atendimento às condições estabelecidas.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE

- 3.1. Será feita a retenção, na fonte, do Imposto de Renda (IR), sobre pagamento efetuado a **pessoa jurídica** contratada pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras de construção civil, conforme Decreto Municipal nº 249/2023 e IN RFB N.º 1.234/2012, seus anexos e suas alterações.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA QUALIDADE E DA ENTREGA DO OBJETO

- 4.1. Os produtos/serviços, objeto desta licitação, deverão ser de EXCELENTE QUALIDADE, obedecendo às normas técnicas, controle de qualidade e atender estritamente as discriminações dos itens constantes no ANEXO I.
- 4.2. Os objetos desta licitação deverão obedecer, respectivamente, às normas técnicas controle de qualidade, atender estritamente, as descrições dos itens constantes no Anexo I e estarem de acordo com os padrões e exigências das agências regulamentadoras ligadas ao objeto, conforme o caso.
- 4.3. A licitante proponente que uma vez ciente dos requisitos supramencionados e não os atender de acordo com este Edital, incorrerá nas sanções administrativas previstas no Art. 156, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 4.4. Todas as condicionantes técnicas estabelecidas neste Termo de Referência constituem requisitos indispensáveis à execução do objeto e deverão ser integralmente observadas pela contratada durante toda a vigência contratual.
- 4.5. Os serviços deverão ser executados na Unidade de Transbordo de Resíduos Sólidos do Município de Sabáudia, localizada na Rodovia PR-218, saída para Astorga, no horário compreendido entre 08h30min e 16h30min, de segunda a sexta-feira.
- 4.6. A execução dos serviços relacionados ao transporte e destinação final dos resíduos sólidos urbanos domiciliares deverá ocorrer de forma fracionada e contínua, com no mínimo duas coletas semanais das caçambas disponibilizadas, ou sempre que atingida a capacidade operacional das mesmas, de forma a garantir a regularidade do funcionamento da Unidade de Transbordo.
- 4.7. A contratada deverá disponibilizar, de forma contínua, no mínimo 01 (uma) caçamba roll-on roll-off com capacidade aproximada de 40m³ e 01 (uma) caçamba roll-on roll-off com capacidade aproximada de 27m³, compatíveis com a estrutura física da Unidade de Transbordo Municipal. Considerando as características estruturais da unidade, não é possível a disposição simultânea de duas caçambas de 40m³ no local, podendo o licitante disponibilizar duas caçambas de 27m³ desde que não haja prejuízo operacional à Administração e seja plenamente atendida a demanda estimada de aproximadamente 150 toneladas mensais de resíduos sólidos.
- 4.8. Para a realização do transporte das caçambas deverá ser utilizado caminhão apropriado para este tipo de operação, comumente denominado "Romeu e Julieta", ou equipamento equivalente tecnicamente compatível com o sistema roll-on roll-off.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR
CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343
www.sabaudia.pr.gov.br

- 4.9. A coleta, transporte e destinação final do chorume acumulado na caixa de acumulação da Unidade de Transbordo ocorrerá conforme demanda da Administração, mediante emissão de ordem de serviço devidamente assinada pelo gestor do contrato. O prazo máximo para execução do serviço após a emissão da ordem de serviço será de 48 (quarenta e oito) horas.
- 4.10. Para a realização da coleta e transporte do chorume deverá ser utilizado caminhão tanque com capacidade mínima de 3.000 (três mil) litros, devidamente equipado com os acessórios, mangueiras, bombas e ferramentas necessárias para completa execução do serviço, incluindo o bombeamento do líquido acumulado na caixa de armazenamento.
- 4.11. Considerando que o chorume é um resíduo líquido gerado em volume variável e dependente de fatores como umidade dos resíduos e condições climáticas, não é possível estabelecer periodicidade fixa para sua coleta, motivo pelo qual as solicitações ocorrerão exclusivamente conforme necessidade operacional da unidade.
- 4.12. Para a execução dos serviços relacionados aos resíduos sólidos volumosos Classe II B, a contratada deverá disponibilizar caçamba com capacidade mínima de 40m³ no local indicado pelo gestor do contrato, sempre que solicitado pela Administração. Não haverá prazo máximo pré-determinado para permanência da caçamba no local, devendo sua retirada ocorrer somente mediante solicitação do gestor contratual após o preenchimento da mesma.
- 4.13. Os resíduos volumosos deverão ser coletados, transportados e destinados a aterro sanitário ou local de destinação final devidamente licenciado por órgão ambiental competente.
- 4.14. O veículo deverá possuir equipamentos de rastreamento e estar legalizado, bem como atender os requisitos básicos de tráfego.
- 4.15. Quanto às pesagens dos resíduos sólidos urbanos domiciliares, resíduos volumosos e chorume coletado, estas deverão estar inclusas no valor da execução do objeto, considerando que a Unidade de Transbordo Municipal de Sabáudia não possui balança rodoviária própria.
- 4.16. As pesagens deverão ser realizadas em balança rodoviária localizada no Município de Sabáudia ou em local previamente autorizado pela Administração, permitindo o acompanhamento pelo fiscal do contrato sempre que necessário.
- 4.17. Após a realização das pesagens, a contratada deverá emitir os respectivos comprovantes e encaminhá-los à contratante, devidamente assinados e atestados, por meio eletrônico ao endereço institucional informado pela Administração, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.
- 4.18. Recebidos os comprovantes de pesagem, a Administração terá prazo de até 05 (cinco) dias úteis para verificação, conferência e validação das informações apresentadas. Após a confirmação das informações, a contratada estará autorizada a emitir a nota fiscal correspondente aos serviços prestados.
- 4.19. Para fins de organização administrativa e controle contratual, a emissão das notas fiscais deverá ocorrer mensalmente, considerando todas as pesagens realizadas entre o primeiro e o último dia de cada mês.
- 4.20. A execução integral dos serviços, incluindo a disponibilização de veículos, equipamentos, acessórios, ferramentas, equipamentos de proteção individual e mão de obra necessária, será de inteira responsabilidade da contratada.
- 4.21. Correrão por conta da contratada todas as despesas diretas e indiretas relacionadas à execução do objeto, incluindo impostos, fretes, transporte, combustíveis, manutenção de veículos, despesas trabalhistas, previdenciárias, seguros, alimentação, hospedagem, encargos sociais e quaisquer outros custos necessários à fiel execução dos serviços contratados.
- 4.22. Todos os veículos utilizados na execução dos serviços deverão estar devidamente regularizados, licenciados, em boas condições de operação e equipados com sistema de rastreamento, atendendo integralmente às normas de trânsito, segurança e transporte de resíduos vigentes.
- 4.23. O objeto da presente licitação será recebido:
- 4.23.1. provisoriamente, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com a especificação e, sendo atestada sua qualidade e conformidade aos termos do Edital, o objeto será recebido em caráter definitivo;
- 4.23.2. definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade dos mesmos;
- 4.23.3. serão rejeitados no recebimento, os objetos fornecidos com especificações diferentes das constantes no Anexo I e das MARCAS apresentadas na proposta, devendo a sua substituição ocorrer na forma e prazos definidos no item abaixo.
- 4.24. Caso o(s) objeto(s) sejam considerados **INSATISFATÓRIOS**, será lavrado termo de recusa, no qual se consignará as desconformidades verificadas, devendo ser substituído, no prazo máximo abaixo fixado:
- 4.24.1. se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR
CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343
www.sabaudia.pr.gov.br

- 4.24.1.1. na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.
- 4.24.2. se disser respeito à diferença das características do objeto, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis:
- 4.24.2.1. na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Contratante, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

- 5.1. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. CLÁUSULA SEXTA - DA REVISÃO DE PREÇOS

- 6.1. Os preços contratados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na norma contida na alínea d, do inciso II, do artigo 124 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
- 6.2. Os preços contratados têm como data base a data da assinatura e, observada a legislação vigente na época de cada pagamento, poderão ser reajustados anualmente de acordo com a variação do INPC-IBGE - Índice Nacional de Preços ao Consumidor, entre o mês da data base dos preços e o mês do reajuste.
- 6.2.1. O reajuste somente poderá ser concedido caso o fornecedor comprove a variação dos valores registrados no decorrer de 12 meses.
- 6.3. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições referentes à concessão de reajustamento de preços, em face da superveniência de normas federais aplicáveis a espécie.
- 6.4. O disposto no item anterior aplica-se, igualmente, aos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alteração das alíquotas do já existente.
- 6.5. A CONTRATADA, em função de imprevistos que alterem significativamente a correspondência entre os encargos da mesma e a remuneração por parte do CONTRATANTE, poderá solicitar a atualização dos preços vigentes através de solicitação formal a este, apresentando planilha detalhada de custos, acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: lista de preços de fabricantes, notas fiscais de produtos etc., que comprovem a ocorrência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado.
- 6.5.1. Os pedidos de revisão de preços deverão vir instruídos com as notas fiscais da época da licitação e as atuais, acompanhadas dos novos preços a serem praticados, devendo respeitar o teto da margem de lucro da época da licitação.
- 6.5.2. Quando o preço contratado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador do Contrato convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços contratados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.
- 6.5.2.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.
- 6.5.2.2. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.
- 6.5.3. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a atualização do preço contratado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas no contrato e desde que atendidos os seguintes requisitos:
- I - a possibilidade da atualização dos preços contratados seja aventada pelo fornecedor ou prestador signatário do contrato;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR
CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343
www.sabaudia.pr.gov.br

II - a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário do contrato e da Administração Pública;

III - seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços contratados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços contratados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas, conforme previsto no item "6.5".

6.5.3.1. A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário do contrato, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.

6.5.3.2. Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços contratados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor contratado no contrato, sob pena de cancelamento do contrato e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

6.5.3.3. Na hipótese do cancelamento do contrato prevista no item "6.5.3.2", o órgão gerenciador do contrato poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço contratado no contrato.

6.5.3.4. Comprovada a desatualização dos preços contratados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento do contrato, a Administração poderá efetuar a atualização do preço contratado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

6.5.3.5. Caso o fornecedor ou prestador não aceite o preço atualizado pela Administração, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.5.3.6. Liberado o fornecedor na forma do item "6.5.3.5", o órgão gerenciador do contrato poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço atualizado.

6.5.3.7. Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura do contrato no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

6.5.3.8. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do contrato, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

6.6. A atualização não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter o valor dos itens que não sofreram alteração de preço, conforme proposta apresentada.

6.7. As ordens de fornecimento já emitidas não serão alteradas sob a alegação de que houve alteração de preço, sendo de responsabilidade da CONTRATADA solicitar o reequilíbrio econômico e financeiro a partir do momento em que tiver direito e não aguardar a emissão de pedidos, por parte do CONTRATANTE, para solicitá-lo.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

7.1. O presente Contrato terá vigência a partir da data definida no instrumento contratual, a qual poderá coincidir com a data de sua assinatura ou ser fixada para momento posterior, permanecendo vigente pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo, observado o disposto nos artigos 105 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR
CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343
www.sabaudia.pr.gov.br

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta licitação, correrão por conta das dotações específicas, a saber:

2.057 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS SERVIÇOS URBANOS	
248 - 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 - RECURSOS LIVRES
248 - 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	00504.00504.99.99.00.00.1.704.0000 - OUTROS ROYALTIES E COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS E PATR
248 - 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	00510.00510.01.07.00.00.1.753.0000 - TAXAS - PODER DE POLÍCIA
248 - 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	00511.00511.01.07.00.00.1.753.0000 - TAXAS - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
2.062 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO MEIO AMBIENTE	
265 - 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 - RECURSOS LIVRES

9. CLÁUSULA NONA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

9.1. Não haverá a exigência de garantia de execução para a presente contratação.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 10.1. Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a CONTRATADA, efetuando os pagamentos;
- 10.2. Fornecer e colocar à disposição da CONTRATADA todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução da contratação;
- 10.3. Notificar, formal e tempestivamente, a CONTRATADA sobre as irregularidades observadas no cumprimento da contratação;
- 10.4. Notificar a CONTRATADA, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;
- 10.5. Fiscalizar a execução da presente contratação por um representante da CONTRATANTE, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação de serviços e/ou entrega de produtos de tudo dará ciência à Administração, conforme Artigo 117 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 10.6. A fiscalização de que trata o subitem acima não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução da contratação em conformidade com o Artigo 120, da Lei Federal nº 14.133/2021.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Fornecer o objeto em rigorosa e estrita obediência às prescrições e exigências contidas neste Termo de Referência, Edital e seus Anexos, bem como de acordo com a proposta apresentada.

11.2. Responsabilizar-se pelos custos e execução de todo o processo referente ao objeto contratado, incluindo a disponibilização de todos os equipamentos necessários ao pleno cumprimento deste Termo de

"Sabáudia, Rica, Bela e Feliz"



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR
CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343
www.sabaudia.pr.gov.br

Referência, entre eles: caçambas roll-on roll-off com capacidade aproximada de 40m³ e 27m³ para resíduos sólidos urbanos domiciliares, caçamba para coleta de resíduos volumosos quando solicitado, caminhão equipado para içar, transportar e bascular as caçambas solicitadas, caminhão tanque para coleta de chorume, equipamentos de segurança, lona para recobrimento dos resíduos, bem como quaisquer outros equipamentos pertinentes à atividade.

11.3. Possuir veículos, equipamentos e profissionais compatíveis com o exercício do objeto contratado.

11.4. Desempenhar todos os serviços especificados no presente Termo seguindo a legislação federal, estadual e municipal vigente, bem como instruções normativas e resoluções aplicáveis ao manejo, transporte e destinação de resíduos.

11.5. Executar todos os serviços correlatos que se façam necessários à execução do objeto, os quais, em hipótese alguma, poderão incorrer em cobrança adicional.

11.6. Considerar incluídos nos valores propostos todos os custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto, inclusive transporte, frete, combustível, impostos, execução dos serviços, despesas trabalhistas, previdenciárias, seguros, hospedagem, alimentação quando necessário e quaisquer outros custos inerentes à execução contratual.

11.7. Garantir que a disposição final dos resíduos sólidos urbanos domiciliares e dos resíduos volumosos seja realizada em aterro sanitário ou local de depósito dotado de tecnologia equivalente para tratamento final dos resíduos, devidamente licenciado por órgão ambiental competente, observando as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

11.8. Arcar com o combustível necessário para realização dos serviços e substituição de pneus quando necessário, sendo também de sua responsabilidade as despesas mecânicas, substituição de peças, óleo lubrificante, óleo hidráulico, conserto de pneus e demais serviços de manutenção, bem como quaisquer danos decorrentes de acidentes.

11.9. Executar o objeto através de profissionais idôneos e devidamente capacitados, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou faltas que seus empregados causem à Administração ou a terceiros.

11.10. Apresentar sempre que solicitado pelo fiscal do contrato documentos comprobatórios relativos à execução do objeto, regularidade quanto à legislação vigente, registros necessários e comprovação de destinação final adequada dos resíduos.

11.11. Realizar a aferição dos serviços mediante pesagem em balança rodoviária localizada no Município da Contratante ou em local previamente autorizado pela Administração, possibilitando o acompanhamento pelo fiscal do contrato.

11.12. Realizar o transporte dos resíduos sólidos e do chorume coletado até local devidamente licenciado e apropriado para destinação final, seguindo todos os trâmites legais necessários.

11.13. Efetuar as coletas de chorume conforme necessidade da contratante, considerando tratar-se de resíduo líquido gerado em volume e tempo variáveis, não havendo periodicidade fixa previamente definida.

11.14. Executar integralmente o serviço de coleta de chorume, incluindo o bombeamento do líquido acumulado, disponibilizando veículo apropriado, acessórios, ferramentas e colaboradores aptos à execução completa do serviço.

11.15. Garantir que todas as atividades realizadas em locais designados pela Administração sejam executadas por funcionários da empresa contratada, devidamente uniformizados e providos de equipamentos de proteção individual adequados.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR
CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343
www.sabaudia.pr.gov.br

- 11.16. Responsabilizar-se por todas as despesas com alimentação, hospedagem, transporte e encargos de qualquer natureza relacionados ao pessoal necessário à execução do objeto contratual, inclusive encargos trabalhistas, previdenciários e sociais.
- 11.17. Comparecer sempre que solicitado à sede da unidade requisitante para receber instruções, participar de reuniões ou prestar esclarecimentos relacionados ao cumprimento das obrigações contratuais.
- 11.18. Manter sigilo sobre todas as informações a que tiver acesso em razão da execução contratual, na forma da legislação aplicável.
- 11.19. Não estabelecer vínculo trabalhista entre os empregados da contratada e o Município de Sabáudia, sendo de responsabilidade exclusiva da contratada todas as obrigações decorrentes da legislação trabalhista.
- 11.20. Reparar, corrigir ou refazer, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços que não atenderem às exigências do órgão fiscalizador, incluindo eventuais determinações do Instituto Água e Terra – IAT, ou que apresentarem vícios, defeitos ou incorreções.
- 11.21. Manter durante toda a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em conformidade com o art. 92, inciso XVI da Lei nº 14.133/2021.
- 11.22. Emitir documentos, relatórios ou informações técnicas em papel timbrado da empresa contratada quando aplicável.
- 11.23. Direcionar todos os recursos necessários à perfeita execução do objeto contratual, garantindo a prestação dos serviços de forma plena e satisfatória, sem ônus adicionais ao Município.
- 11.24. Executar os serviços observando os aspectos qualitativos e quantitativos previstos neste Termo de Referência e na legislação pertinente.
- 11.25. Permitir que, em caso de descumprimento das obrigações no prazo estabelecido, a Administração possa exigir a execução às custas da contratada, podendo os valores correspondentes ser descontados dos pagamentos devidos.
- 11.26. Responder por quaisquer danos causados aos empregados, à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do objeto.
- 11.27. Responsabilizar-se pela segurança do trabalho de seus empregados.
- 11.28. Arcar com todos os encargos decorrentes de sua atividade, sejam eles trabalhistas, sociais, previdenciários, fiscais ou comerciais.
- 11.29. Observar todas as normas legais vigentes aplicáveis à execução do objeto contratado.
- 11.30. Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da contratação sem autorização expressa da Administração.
- 11.31. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, nos termos do art. 125 da Lei nº 14.133/2021.
- 11.32. Cumprir as disposições do Código de Defesa do Consumidor – Lei nº 8.078/1990, quando aplicável.
- 11.33. Atender prontamente às reclamações da Administração e corrigir eventuais falhas na execução dos serviços.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR
CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343
www.sabaudia.pr.gov.br

11.34. Cumprir todas as demais obrigações constantes do edital e do contrato.

11.35. Iniciar os serviços no prazo máximo de até 05 (cinco) dias após o recebimento da ordem de serviço emitida pela Administração.

11.36. Reconhecer que o recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos decorrentes da execução inadequada dos serviços

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES REFERENTES À PROTEÇÃO DE DADOS

12.1. A Contratada se obriga ainda a cumprir a Lei Geral de Proteção de Dados – Lei nº 13.709/2018, no que for cabível em face do objeto deste contrato, em especial a:

12.1.1. Guardar sigilo quanto aos dados pessoais aos quais eventualmente tenham acesso em razão da execução do objeto deste contrato (ou convênio/parceria);

12.1.2. Tratar os dados pessoais recebidos de acordo com a finalidade da contratação (convênio/parceria/credenciamento), de modo legítimo e lícito, entendendo-se por tratamento de dados os atos que se refiram a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração de dados;

12.1.3. Garantir ao titular de dados a consulta gratuita e facilitada aos seus dados pessoais, bem como a forma, duração e finalidade do tratamento;

12.1.4. Não utilizar os dados pessoais recebidos ou tratá-los com fins discriminatórios, ilícitos, abusivos ou para finalidade distinta da contratação;

12.1.5. Fazer uso somente dos dados pessoais que forem imprescindíveis à execução do objeto;

12.1.6. Adotar todas as medidas previstas em Lei para evitar o vazamento de dados pessoais que receber ou o acesso por pessoal não autorizado;

12.1.7. Em caso de vazamento de dados pessoais, adotar as providências necessárias para mitigar as consequências do dano, informando ao Contratante, no prazo de até 48 horas:

12.1.7.1. A descrição da natureza dos dados pessoais afetados;

12.1.7.2. As informações sobre os titulares envolvidos;

12.1.7.3. A indicação das medidas técnicas e de segurança utilizadas para a proteção dos dados, observados os segredos comercial e industrial;

12.1.7.4. Os riscos relacionados ao incidente;

12.1.7.5. Os motivos da demora, no caso de a comunicação não ter sido imediata;

12.1.7.6. As medidas que foram ou que serão adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do prejuízo.

12.1.8. Demonstrar, sempre que solicitado, a adoção de medidas eficazes para comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados;

12.1.9. Utilizar medidas técnicas e organizacionais de modo a proteger os dados pessoais de tratamento não autorizado;

12.1.10. Armazenar os dados somente pelo período necessário para cumprir as obrigações contratuais e legais;

12.1.11. Apagar todos os dados pessoais quando solicitado pelo Município ou, não sendo possível, justificar com a base legal ou contratual a retenção dos dados;

12.1.12. Anonimizar os dados pessoais quando solicitado pelo Município, ou, não sendo possível, justificar com a base legal ou contratual;

12.1.13. Não compartilhar com terceiros, em hipótese alguma, os dados pessoais que receber em decorrência do contrato (convênio/parceria/credenciamento).

12.2. A Contratada ficará obrigada a reparar os danos patrimoniais ou morais, individuais ou coletivos, que sua ação ou omissão, no exercício da atividade de tratamento de dados pessoais relativas a este Contrato,

“Sabáudia, Rica, Bela e Feliz”



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR
CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343
www.sabaudia.pr.gov.br

em violação à legislação de proteção de dados pessoais, causarem ao Município ou a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA RELATIVAS A CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

13.1. As boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição se pautam em alguns pressupostos e exigências, que deverão ser observados pela CONTRATADA, que deverá fazer uso racional do consumo de energia e água, adotando medidas para evitar o desperdício e a CONTRATADA deverá:

- 13.1.1. Colaborar com as medidas de redução de consumo e uso racional da água, cujo(s) encarregado(s) deve(m) atuar como facilitador(es) das mudanças de comportamento.
- 13.1.2. Dar preferência à aquisição e uso de equipamentos e complementos que promovam a redução do consumo de água e que apresentem eficiência energética e redução de consumo.
- 13.1.3. Evitar ao máximo o uso de extensões elétricas.
- 13.1.4. Repassar a seus empregados todas as orientações referentes à redução do consumo de energia e Água.
- 13.1.5. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução dos serviços.
- 13.1.6. Dar preferência a descarga e torneira com controle de vazão, evitando o desperdício de água.
- 13.1.7. Proporcionar treinamento periódico aos empregados sobre práticas de sustentabilidade, em especial sobre redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e destinação de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.
- 13.1.8. Proibir quaisquer atos de preconceito de raça, cor, sexo, crenças religiosas, orientação sexual ou estado civil na seleção de colaboradores no quadro da empresa.
- 13.1.9. Conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços, como exige a Lei nº 9.985/00.
- 13.1.10. Destinar de forma ambientalmente adequada todos os materiais e/ou insumos que forem utilizados pela empresa na prestação dos serviços, inclusive os potencialmente poluidores, tais como, pilhas, baterias, lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis, pneumáticos inservíveis, produtos e componentes eletroeletrônicos que estejam em desuso e sujeitos à disposição final, considerados lixo tecnológico.
- 13.1.11. É proibido incinerar qualquer resíduo gerado.
- 13.1.12. Não é permitida a emissão de ruídos de alta intensidade.
- 13.1.13. Priorizar a aquisição de bens que sejam constituídos por material renovável, reciclado, atóxico ou biodegradável.
- 13.1.14. Priorizar o aproveitamento da água da chuva, agregando ao sistema hidráulico elementos que possibilitem a captação, transporte, armazenamento e seu aproveitamento;
- 13.1.15. Colaborar para a não geração de resíduos e, secundariamente, a redução, a reutilização, a reciclagem, o tratamento dos resíduos sólidos e a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.
- 13.1.16. Capacitar seus empregados, orientando que os resíduos não poderão ser dispostos em aterros de resíduos domiciliares, áreas de "bota fora", encostas, corpos d'água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.
- 13.1.17. Armazenar, transportar e destinar os resíduos em conformidade com as normas técnicas específicas.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO

14.1. No desempenho de suas atividades, é assegurado ao órgão fiscalizador o direito de verificar a perfeita execução do presente ajuste em todos os termos e condições.

"Sabáudia, Rica, Bela e Feliz"



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR
CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343
www.sabaudia.pr.gov.br

14.2. A ação ou omissão total ou parcial do órgão fiscalizador não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade de executar o serviço com toda cautela e boa técnica.

14.3. Verificada a ocorrência de irregularidade no cumprimento do contrato, a Fiscalização tomará as providências legais e contratuais cabíveis, inclusive quanto à aplicação das penalidades previstas no presente contrato, na Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores.

14.4. A fiscalização por parte da CONTRATANTE não eximirá ou reduzirá em nenhuma hipótese, as responsabilidades da contratada em eventual falta que venha a cometer, mesmo que não indicada pela fiscalização.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS SANÇÕES E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

15.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021 e do Decreto Municipal nº 162/2025 o contratado que:

- 15.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;
- 15.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 15.1.3. der causa à inexecução total do contrato;
- 15.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 15.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- 15.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 15.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 15.1.8. praticar ato lesivo previsto no Art. 5º da Lei Federal n.º 12.846/2013.

15.2. Considera-se a conduta do item “15.1.2” como sendo o inadimplemento grave ou inescusável de obrigação assumida pela contratada.

15.3. Considera-se a conduta do item “15.1.4” como sendo o atraso que importe em consequências graves para o cumprimento das obrigações contratuais.

15.4. Considera-se a conduta do item “15.1.6” como sendo a prática de qualquer ato destinado à obtenção de vantagem ilícita ou que induza ou mantenha em erro Agentes Públicos Municipais, com exceção da conduta disposta no item “15.1.5”.

15.5. Considera-se a conduta do item “15.1.7” como sendo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, sem prejuízo de outras que venham a ser verificadas no decorrer da licitação ou da execução contratual.

15.6. As infrações administrativas somente são punidas quando consumadas.

15.7. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções administrativas:

- 15.7.1. advertência;
- 15.7.2. multa;
- 15.7.3. impedimento de licitar e contratar;
- 15.7.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

15.8. As sanções previstas no item “15.7” serão aplicadas de acordo com as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto Municipal nº 162/2025 quando a contratada:

- 15.8.1. der causa à inexecução parcial do contrato: Penalidade de advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 15.8.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo: Penalidade de impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município de Sabáudia/PR pelo período máximo 36 (trinta e seis) meses;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR
CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343
www.sabaudia.pr.gov.br

- 15.8.3. der causa à inexecução total do contrato: Penalidade de impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município de Sabáudia/PR pelo período máximo 24 (vinte e quatro) meses;
- 15.8.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: Penalidade de impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município de Sabáudia/PR pelo período máximo 120 (cento e vinte) dias.
- 15.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos itens "15.1.5", "15.1.6", "15.1.7" e "15.1.8", bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens "15.1.2", "15.1.3" e "15.1.4" que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que as sanções previstas nos itens "15.8.2", "15.8.3" e "15.8.4", e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Direta e Indireta de todos os Entes Federativos, pelo período mínimo de 36 (trinta e seis) meses e máximo de 72 (setenta e dois) meses.
- 15.10. A aplicação de três sanções de advertência pelo mesmo motivo, em um mesmo contrato, possibilita a aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar.
- 15.11. No caso da prática de atos lesivos previstos no art. 5º da Lei Federal n.º 12.846/2013, a que se refere o inciso XII do Art. 3º, todas as infrações administrativas conexas serão apuradas e julgadas conjuntamente, nos termos da referida lei.
- 15.12. A aplicação das sanções previstas na alínea "15.7" não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado ao Município.
- 15.13. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a pena de multa.
- 15.14. A multa imposta ao contratado ou licitante, se não disposta de forma diferente no contrato, poderá ser:
- 15.14.1. de caráter moratório, na hipótese de atraso injustificado na entrega ou execução do objeto do contrato, quando será aplicada nos seguintes percentuais:
- 15.14.1.1. 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplida, até o limite de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato.
- 15.14.2. de caráter compensatório, quando será aplicada nos seguintes percentuais:
- 15.14.2.1. até 15% (quinze por cento) em caso de inexecução parcial do objeto pela contratada ou nos casos de rescisão do contrato, calculada sobre a parte inadimplida;
- 15.14.2.2. até 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, pela sua inexecução total ou pela recusa injustificada do licitante adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração.
- 15.15. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato.
- 15.16. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração Pública a promover a extinção do contrato, se for o caso.
- 15.17. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no Capítulo VI do Decreto Municipal nº 162/2025.
- 15.18. Na aplicação das sanções, deverão ser observadas as seguintes circunstâncias:
- 15.18.1. proporcionalidade entre a sanção, a gravidade da infração e o vulto econômico da contratação;
- 15.18.2. danos resultantes da infração;
- 15.18.3. situação econômico-financeira da sancionada, em especial sua capacidade de geração de receitas e seu patrimônio, no caso de aplicação de multa;
- 15.18.4. reincidência, assim entendida a repetição de infração de igual natureza após aplicação da sanção anterior;
- 15.18.5. circunstâncias gerais agravantes ou atenuantes da infração.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR
CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343
www.sabaudia.pr.gov.br

15.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Decreto e na Lei Federal n.º 14.133/2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado (art. 39, Decreto Municipal n.º 162/2025).

15.20. As penalidades impostas, como a de impedimento de licitar e contratar com o Município e a declaração de inidoneidade para licitar e contratar, devem, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contados da data de aplicação da sanção, serem comunicadas/registradas no Portal Nacional de Contratações Públicas, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), e no Cadastro de Impedidos de Licitar do Município. (Parágrafo único do artigo n.º 44 do Decreto Municipal n.º 162/2025).

15.21. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 40 do Decreto Municipal n.º 162/2025.

15.22. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME n.º 26, de 13 de abril de 2022 e do art. 13 do Decreto Municipal n.º 162/2025.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA EXTINÇÃO

16.1. O presente contrato poderá ser extinto pelos motivos previstos nos art. 137, 138 e 139, da Lei n.º 14.133/21 e suas alterações.

16.2. A extinção acarretará, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial por parte da CONTRATANTE, a retenção dos créditos decorrentes deste contrato, limitada ao valor dos prejuízos causados, além das sanções previstas neste ajuste, até a completa indenização dos danos.

16.3. Fica expressamente acordado que, em caso de rescisão, nenhuma remuneração será cabível, a não ser o ressarcimento de despesas autorizadas pela CONTRATANTE e, comprovadamente realizadas pela CONTRATADA, previstas no presente Contrato.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA SUBCONTRATAÇÃO

17.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto contratual, limitada exclusivamente à parcela referente a destinação final.

17.2. A subcontratação nos termos o item anterior, somente será aceita mediante **comprovação de vínculo formal** aceito nos termos da legislação e apresentação de licença ambiental válida do local de destinação, conforme documentos solicitados na habilitação técnica.

17.3. Fica vedada a subcontratação do objeto contratual no que diz respeito à parcela de transporte, bem como, vedada a subcontratação cumulativa de ambas as parcelas.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS ALTERAÇÕES

18.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei n.º 14.133, de 2021.

18.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

18.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei n.º 14.133, de 2021.

"Sabáudia, Rica, Bela e Feliz"



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR
CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343
www.sabaudia.pr.gov.br

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

19.1. A legislação aplicável a este Contrato é a constante da Lei Federal nº 14.133, de 2021, pelos Decretos Municipais nºs 80, 81 e 83, todos de 2023 e suas alterações e demais disposições aplicáveis a Licitação e Contratos Administrativos, bem como as Cláusulas deste instrumento e, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

19.2. Os casos omissos que se tornarem controvertidos em face das cláusulas do presente contrato serão resolvidos segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

19.3. Integra este contrato, o Edital de Pregão Eletrônico nº 017/2026 e seus Anexos, Proposta de Preços, de cujo inteiro teor as partes declaram ter conhecimento e aceitam.

19.4. Após a assinatura deste contrato, toda comunicação entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA será feita através de correspondência devidamente protocolada.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA DIVULGAÇÃO DE DADOS PESSOAIS SEGUNDO A LGPD

20.1. Em observância aos preceitos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD – Lei 13.709/2018, os signatários autorizam a divulgação de seus dados pessoais constantes neste instrumento para fins de publicidade e transparência.

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO FORO

21.1. Fica eleito o foro da Comarca de Arapongas, Estado do Paraná, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato.

21.2. E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Instrumento Contratual em 03 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Sabáudia, ____ de _____ de 20__.

EDSON HUGO MANUEIRA
Prefeito Municipal
Contratante

XXXXXXXXXXXXXXXXXX
Contratada

Testemunhas:

Assinatura e CPF

Assinatura e CPF



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR
CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343
www.sabaudia.pr.gov.br

PREGÃO ELETRÔNICO N°. 017/2026

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO QUE A EMPRESA É OPTANTE PELO REGIME ESPECIAL UNIFICADO DE ARRECAÇÃO DE TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES DEVIDOS PELAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (SIMPLES NACIONAL)

À Prefeitura Municipal de Sabáudia, Estado do Paraná.

(Nome da empresa), com sede (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº..... DECLARA à (nome da pessoa jurídica pagadora), para fins de não incidência na fonte do IRPJ, a que se refere o IN RFB N.º 1.234/2012 e seus anexos, que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I - preenche os seguintes requisitos:

a) conserva em boa ordem, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial; e

b) cumpre as obrigações acessórias a que está sujeita, em conformidade com a legislação pertinente;

II - o signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à pessoa jurídica pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação dessas informações, o sujeitará, com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

_____, em _____ de _____
Atenciosamente,

Nome e Assinatura do Representante Legal da Empresa



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR
CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343
www.sabaudia.pr.gov.br

PREGÃO ELETRÔNICO N°. 017/2026

ANEXO V

TERMO DE VISTORIA

Declaramos que o(a) representante técnico da empresa (*inserir o nome da proponente*) Sr. (a) (*inserir o nome do representante*), devidamente habilitado junto ao CREA/CAU nº _____, visitou o local da execução da obra, objeto da Concorrência em epígrafe.

Sabáudia, _____ de _____ de 2026.

(Engenheiro Ambiental do Município de Sabáudia/PR)
CREA-PR Nº _____

(Nome, nº CREA/CAU
e assinatura do Responsável Técnico).



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR
CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343
www.sabaudia.pr.gov.br

PREGÃO ELETRÔNICO N°. 017/2026

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA

Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DOMICILIARES, RESÍDUOS VOLUMOSOS CLASSE II B E CHORUME DA UNIDADE DE TRANSBORDO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA/PR, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE CAÇAMBAS ROLL-ON ROLL-OFF.**

Nome da Empresa:

CNPJ:

Endereço:

Fone:

E-mail:

O representante técnico da empresa (*inserir o nome da proponente*) Sr. (a) (*inserir o nome do representante*), devidamente habilitado junto ao CREA/CAU nº _____, DECLARA que renuncia à Visita Técnica aos locais e/ou instalações do objeto licitado, e que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas e/ou financeiras para com a Contratante.

Local, _____ de _____ de 2026.

(Nome, nº CREA/CAU e assinatura do Responsável Técnico).